

## INTRODUÇÃO

Para entender como tem se dado a relação de gênero desde os primórdios fez-se necessário neste trabalho um levantamento bibliográfico, por meio do qual foi possível apreender o papel e a importância da mulher em determinadas situações, tais como: no cuidado com os filhos, na limpeza e organização do lar, no cuidado com o esposo, enfim, no cuidado com a família. Procurou-se ainda que sucintamente, evidenciar a evolução da sociedade e como tem ocorrido a relação entre homem e mulher até os dias atuais.

Com esta pesquisa foi possível observar que a mulher tem sido beneficiada com o aperfeiçoamento das técnicas (a máquina de lavar roupa, a centrífuga, a geladeira, o fogão, o micro-ondas, entre outros). São inúmeros objetos que surgiram com o aperfeiçoamento das tecnologias, e que facilitam o cotidiano de muitas mulheres, possibilitando novas maneiras de realizar suas tarefas diárias. Antes, as roupas eram lavadas a mão, hoje já é possível utilizar as máquinas de lavar roupa; antes, se cozinhava utilizando lenha, hoje se usa o fogão a gás; os alimentos cozidos tinham que ser consumidos rapidamente, pois logo estragavam. Hoje a geladeira ajuda no armazenamento dos alimentos. É claro que para utilizar a geladeira, a máquina de lavar, por exemplo, foi necessária outra descoberta, a eletricidade, que permite realizar muitas das tarefas domésticas. Todavia, há que se ressaltar que apesar de toda evolução, não são todas as mulheres que tem acesso a estes bens, pois a aquisição dos mesmos, para muitas, ainda depende de condições financeiras<sup>1</sup>.

Para obter melhorias na condição financeira familiar, a mulher teve que se inserir no mercado de trabalho, disputando assim vagas de emprego com os homens. Diante dessa nova realidade a mulher passou a desempenhar muitas funções como: mãe, esposa, trabalhadora assalariada e nas horas vagas ainda tenta melhorar seu currículo, através de cursos profissionalizantes ou superiores. Para que desse modo consiga mais valorização no mercado de trabalho, tanto em termos de reconhecimento profissional como de remuneração.

---

<sup>1</sup> Com base em discussões efetuadas em sala de aula, na disciplina de Teoria e Métodos da Geografia no filme intitulado: “Os deuses devem estar loucos”, bem como Santos (2006).

Cabe salientar que o contato com leituras as quais destacam as conquistas que as mulheres tiveram ao longo da história, especialmente no espaço urbano, aguçou o interesse em apreender e compreender também a luta e as conquistas das mulheres no âmbito rural.

Neste caso procurou-se destacar as lutas e conquistas protagonizadas pelas mulheres trabalhadoras rurais a partir da década de 1980, final do regime militar e do acirramento da luta pela terra e pela reforma agrária, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Desse modo, há que salientar que as trabalhadoras rurais marcaram o cenário de luta pela terra no Brasil, entre as quais se destacam: Margarida Maria Alves, Roseli Salete Nunes da Silva e Diolinda Rainha. Margarida Maria Alves rompeu com os padrões de gênero ao se manter por doze anos na presidência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, no estado da Paraíba. Lutou pela reforma agrária e foi assassinada por usineiros da Paraíba, em 12 de agosto de 1983<sup>2</sup>. Roseli Salete Nunes da Silva<sup>3</sup> participou em outubro de 1985 da primeira grande invasão de latifúndio improdutivo (Fazenda Anoni) no Rio Grande do Sul. Morreu no dia 31 de março de 1987, quando um caminhão jogou-se contra uma manifestação de trabalhadores rurais da qual ela participava<sup>4</sup>. Diolinda Rainha participou das lutas por Reforma Agrária, sobretudo na região do Pontal do Paranapanema, interior do estado de São Paulo e ficou conhecida na luta pela terra por ter sido presa em decorrência da mesma. Sua prisão, em 1995<sup>5</sup>, teve grande repercussão pelo fato de ser mulher e pela separação dela e do filho de dois anos.

Como destacado anteriormente a mulher trabalhadora rural vem conquistando espaço desde os anos 1980, com a sua inserção ativa no movimento de luta pela terra. Com garra, determinação e objetividade a mulher trabalhadora rural vem modificando sua situação na luta pela terra dentro do acampamento e, por conseguinte, dentro do assentamento.

Participam ativamente das manifestações de luta pela terra e por direitos iguais entre homens e mulheres, para que tenham os mesmos benefícios e facilidades na hora de buscar

---

<sup>2</sup> Disponível em: [www.contag.org.br/index.php?modulo...acao...](http://www.contag.org.br/index.php?modulo...acao...) (acessado em 25-07-2013); Disponível em: [www.une.org.br/2011/08/marcha-das-margaridas-reune-trabalhadoras-rurais-de-todo-o-pais-em-brasil/](http://www.une.org.br/2011/08/marcha-das-margaridas-reune-trabalhadoras-rurais-de-todo-o-pais-em-brasil/) (acessado em 25 de julho de 2013); Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=256&ap=1&nw=1>. (Acessado em 25 de julho de 2013).

<sup>3</sup> Sua trajetória de luta pela terra é relatada em um documentário chamado “Terra para Rose”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=tbP6Ffo-sMM.html>. Acessado em: 07 de setembro de 2013.

<sup>4</sup> O motorista do caminhão fugiu e a empresa proprietária do veículo alegou problemas no freio. No entanto em perícia realizada por técnicos da Ford de São Paulo, não foi encontrado defeito algum nos três freios do caminhão.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.adusp.org.br/files/revistas/05/r05a03.pdf> html. Acessado em: 04 de outubro de 2013.

financiamentos para produzir e desenvolver o seu lote (MENEGAT, 2008). Neste sentido, cabe dizer que já é possível às mulheres chefes de família e sem companheiro, obterem o lote em seu nome. No caso de serem casadas legalmente, ou não, também têm seus nomes incluídos na posse do lote junto com os de seus companheiros. Esta conquista assegura a mulher o direito a participação legal no lote e nas decisões que dizem respeito ao mesmo, inclusive em caso de separação (BERTOLINE, 2003).

Uma das ações das mulheres trabalhadoras rurais que tem evoluído e ganhado êxito a partir da organização das mesmas, tem sido a Marcha das Margaridas, a qual ocorre desde o ano 2000 e tem como bandeira a luta contra fome, a pobreza e a violência sexista. Significa dizer que este movimento visa contribuir para a organização, mobilização e formação das mulheres trabalhadoras rurais, de modo que possam denunciar todas as formas de discriminação, violência, exploração e dominação contra a mulher.

A partir da realização da Marcha das Margaridas várias conquistas foram obtidas pelas mulheres trabalhadoras rurais, tais como a titulação do lote ser também efetuada no nome da mulher, ou de ambos (como já nos referimos anteriormente); assistência técnica com enfoque de gênero; projeto de saúde reprodutiva, entre outras<sup>6</sup>.

Cabe destacar ainda que a mulher trabalhadora rural atua tanto no espaço da produção como no espaço doméstico. No primeiro ela ajuda seu companheiro no processo produtivo no lote. No segundo, ela dá conta muitas das vezes sozinha do trabalho doméstico e do cuidado com filhos, esposo, parentes doentes, etc. E é justamente no espaço doméstico que o seu trabalho continua não sendo valorizado, pois, lavar e passar roupa, cozinhar, limpar casa, entre outras tarefas, não é considerado um trabalho produtivo, não gera valor de troca. Desse modo, como destaca Menegat:

No dia-a-dia das mulheres assentadas observam-se diferentes espaços de vida e de trabalho compondo seus cotidianos, dentre eles o espaço da roça e o espaço da casa. O espaço da roça é o que denota maior importância, posto que visto como produtivo, pois gera visibilidade e trabalho efetivo, mas é o espaço comandado pelo homem. Já o espaço da casa representa o da reprodução, no qual é consumido o lucro advindo do trabalho da roça e por isso mesmo é visto como de valor nulo, se analisado sob a lógica capitalista, porque não gera lucro. É nesse sentido que o espaço da casa passa a ser o lugar do não trabalho, representando “ajuda”, onde se dá a existência apenas do “serviço”, sendo este o espaço da mulher. (2008, p.4)

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.fetraece.org.br/noticias/texto.php?Id=1395> (acesso em 25 de julho de 2013).

Com base na pesquisa de Menegat (2008) é possível destacar ainda que a submissão feminina é resultante do processo de formação da sociedade, na qual os papéis masculinos e femininos foram historicamente definidos: O homem provedor e a mulher submissa. Isto propiciou a construção de um pensamento entre muitos homens de que seriam superiores as mulheres. Cabe destacar neste sentido que:

[...], a identidade social de homens e mulheres é construída conforme essa atribuição de papéis, que são decorrentes de uma rede de significados sociais. Por isso, nas pesquisas com mulheres assentadas, se observa elementos resultantes dessa socialização como a preocupação de que “mulher não procure ser mais alta (sentido de posição social) do que o homem”, conforme a fala de uma assentada. Isso poderia causar constrangimento a ele e trazer conflitos domésticos. (MENEGAT, 2008, p.5)

Apesar disso, em determinados aspectos a mulher já não é mais considerada uma mera coadjuvante. No caso da mulher trabalhadora rural, por exemplo, cabe dizer que esta já não é tida formalmente e em muitos casos por seu companheiro/esposo, como uma mera ajudante. Seu trabalho é de suma importância no processo produtivo no lote, haja vista ser este um espaço no qual o trabalho realiza valor, ao contrário do trabalho doméstico<sup>7</sup>, que apesar de ser fundamental no processo de reprodução da vida, sob a perspectiva capitalista não gera valor de troca, pois não produz mercadoria. Portanto, por não ser considerado produtivo, conseqüentemente não é valorizado.

Segundo Blay (1975, p. 11) o trabalho doméstico é considerado “uma atividade desprovida de valor, pois não se vincula diretamente à produção e não é remunerado mediante salário”. Antunes (2009, p. 108) discorre também sobre a não importância do trabalho doméstico para a sociedade capitalista. Segundo o autor:

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito

---

<sup>7</sup> Faz-se importante ressaltar que existem tarefas remuneradas que são desempenhadas pelas mulheres em seus domicílios “tais como confecção ou acabamento de peças para indústrias, comércio, artesanato, prestação de serviços a terceiros (pensão, lavagem de roupa, refeições, etc.)” (BLAY, 1975, p. 10). Todavia, está-se considerando aqui como trabalho doméstico especificamente aquele exercido pela mulher para a subsistência familiar, sem nenhuma remuneração.

fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nesta esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho dos maridos, filhos/as e de si próprias. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas. (2009, p. 108)

Com a fala de Antunes percebe-se que o trabalho doméstico não tem sido valorizado no contexto do modo de produção capitalista. Todavia, o capital em seu processo de valorização cria possibilidades para continuar a acumulação, sendo a reprodução da força de trabalho, para a qual o trabalho doméstico é fundamental, também uma condição para sua reprodução.

A mulher trabalhadora rural tem papel determinante na luta pela terra. Nesse aspecto os homens assentados concordam e destacam que a mulher tem mais determinação e por esse motivo são recebidas pelos representantes dos órgãos de governo e/ou entidades para discutirem questões relacionadas a terra e a melhoria das condições das famílias acampadas. Entretanto a atuação mais proativa da mulher trabalhadora rural durante o processo de luta pela terra desvanece a partir da formação do assentamento e conquista do lote. E, por conseguinte, há uma retirada da mulher trabalhadora rural do cenário político/público (MENEGAT, 2008).

Uma vez alcançado o objetivo primeiro, que é a terra, objetivo coletivo e necessário a todos no momento de luta, se dilui em meio aos interesses individuais de cada um. Assim, o afastamento tanto das mulheres quanto dos homens trabalhadores rurais do cenário político se dá em decorrência do afunilamento de interesses. Apesar de a maioria primar pela melhoria da sua condição de produção e de vida no lote, os mecanismos buscados por cada um muitas vezes são diferentes, há interesses e opiniões divergentes que conduzem aos conflitos internos ao grupo e, conseqüentemente à individualidade. Significa dizer que com a conquista do lote os assentados querem cada um produzir a sua maneira em seu pedaço de terra e com isso o trabalho coletivo acaba não dando mais certo. Este foi um aspecto detectado no âmbito do assentamento estudado, sobre o qual se retoma a discussão no capítulo três deste trabalho.

Em se tratando do papel da mulher na sociedade ao longo da história, bem como da mulher trabalhadora rural, objeto específico desse estudo, cabe dizer que o suporte teórico buscado na bibliografia pesquisada contribuiu para a compreensão de como as mulheres (esposas/companheiras) do Assentamento Gardinha, se leem e veem. Como tem sido a atuação dessas mulheres desde o processo de luta pela terra (acampamento) e de formação e organização

do referido assentamento até os dias atuais. O propósito inicial foi investigar se a mulher atuou de maneira ativa na conquista da terra e permanência nos lotes. E quais os desdobramentos dessa atuação nas relações mulher x mulher; mulher x homem; mulher x família. Como elas atuam no processo de trabalho no lar, na produção familiar, no lote e nas decisões político-organizativas no âmbito do assentamento. Procurou-se com as entrevistas saber como se dá a atuação das assentadas na busca de melhorias tanto para a família das mesmas como para o assentamento.

Assim para alcançar os objetivos propostos fez-se necessário a pesquisa de campo, a qual foi pautada na realização de entrevistas, realizadas em julho de 2012. Como o assentamento possui somente trinta lotes, o objetivo era visitá-lo em sua totalidade e, desta forma conversar com as esposas/companheiras dos representantes dos mesmos e com as mulheres que possuem lotes em seus nomes. Todavia, verificou-se, segundo informação dos próprios assentados, que em alguns lotes os homens são solteiros ou viúvos e outros lotes estão desocupados, somando assim doze lotes nos quais não foi possível realizar entrevista. Desse modo, foram entrevistadas dezoito mulheres, o equivalente a 60% do previsto.

Com o intuito de reforçar algumas questões apresentadas durante as entrevistas individuais, haja vista a presença dos maridos durante a realização destas, posteriormente tentou-se por duas vezes reunir no posto de saúde do assentamento, o conjunto das mulheres para uma nova conversa. Todavia a participação das mesmas foi pouco expressiva, tendo comparecido cinco mulheres na primeira tentativa e quatro na segunda.

Com base no exposto este trabalho foi estruturado em três capítulos. O capítulo I aborda o papel da mulher na sociedade, as suas conquistas na esfera de valorização, respeito e direitos conquistados. Também apresenta um breve histórico do papel desempenhado pelas mulheres trabalhadoras rurais na luta pela terra. O capítulo II trata da localização do Assentamento Gardinha e do histórico do mesmo. O capítulo III trata especificamente das mulheres do Assentamento Gardinha, de sua atuação dentro do lote e no cotidiano do assentamento em questão. Discorre sobre como é tratada a questão de coletividade dentro do assentamento, seus conflitos e como as mulheres trabalham para desenvolver seu lote.

## CAPÍTULO I - O PAPEL DA MULHER NO DECORRER DA HISTÓRIA: UMA BREVE REFLEXÃO

Desde o início da civilização, a mulher desempenha importantes papéis, mas sem obter reconhecimento por parte da sociedade. Nas comunidades primitivas, em decorrência do ser humano não ter condições de sobreviver isoladamente, já que desse modo, estaria mais exposto a natureza hostil, e pelo fato do homem não ter consciência do seu papel na reprodução humana, a mulher representava uma figura essencial no processo de produção e de reprodução da espécie. Era destinado à mulher o papel de desempenhar as tarefas domésticas como lenhar, cozinhar, limpar a cabana, etc. Na passagem a seguir é possível verificar a importância da mulher para as sociedades primitivas:

Aquilo a que chamamos de revolução agrícola foi, muito possivelmente, antecedido por uma revolução sexual, mudanças que deu predomínio não ao macho caçador, ágil, de pés velozes, pronto a matar, impiedoso por necessidade vocacional, porém, à fêmea mais passiva, presa aos filhos, reduzidas nos seus movimentos ao ritmo de uma criança, guardando e alimentando toda a sorte de rebentos, inclusive, ocasionalmente, pequenos mamíferos lactantes, se a mãe deste morria, plantando sementes e vigiando mudas, talvez primeiro num ritmo de fertilidade, antes que o crescimento e multiplicação das sementes sugerisse uma nova possibilidade de se aumentar a safra de alimentos. [...] Com a grande ampliação dos suprimentos alimentares, que resultou da domesticação cumulativa de plantas e animais, ficou determinado o lugar central da mulher na nova economia. [...] A casa e a aldeia, e com o tempo a própria cidade, são obras da mulher (MUMFORD, 1965 *apud* SPOSITO, 2000, p.13).

Sposito deixa claro o papel que a mulher desenvolvia dentro de sua casa e aldeia, de modo a contribuir com a formação da cidade. Através da domesticação de animais e plantas, e, sobretudo com o cuidado destinado a sua prole. Outros autores também destacam o papel determinante da mulher dentro da sociedade primitiva, como podemos observar no fragmento de texto a seguir:

A mulher não fazia apenas o trabalho de casa, mas também foi a responsável pelo desenvolvimento da agricultura ao redor do acampamento, pelo início da domesticação dos animais, inventou a costura e a tecelagem e, também, colocou-se a serviço da arte do cesto, da esteira e da cerâmica. ‘Ao que tudo indica, foi ela também que teria iniciado um primitivo sistema de trocas’ (LEITE, 1994 *apud* TAVARES, 2006, p.02).

Segundo Tavares, o homem tinha uma posição bem superficial dentro da comunidade, considerada matriarcal, ele era apenas o caçador. O surgimento da sociedade patriarcal se dá quando o homem descobre o seu papel no desenvolvimento da espécie humana e, especialmente, a capacidade de produzir alimentos através da agricultura intencional<sup>8</sup>. O comando econômico, que antes era desempenhado pela mulher, paulatinamente vai sendo direcionado ao homem. Observou-se o crescimento da propriedade particular e, por conseguinte a submissão sexual da mulher. O homem passa a ser considerado marido e exige exclusividade da mulher.

A origem da monogamia tem pouco a ver com o amor sexual individual e seu surgimento se deve à necessidade de preservar os bens adquiridos e acumulados, ou seja, deve-se ao aparecimento da propriedade privada. Com o acúmulo de riquezas, o homem passa a assumir uma posição de superioridade em relação à mulher, surgindo a intenção de modificar, em proveito de seus filhos, a filiação baseada no direito materno (CUNHA e SANTOS, 1990 *apud* TAVARES, 2006, p.02).

Em decorrência desses fatores houve então a decadência e o fim da supremacia e autonomia da mulher. “Estava definitivamente encerrado o período histórico em que a mulher respondia pela unidade familiar, pela organização da sociedade e pela herança dos bens”. (LEITE, 1994 *apud* TAVARES, 2006, p.03).

Mesmo escondida atrás da figura do homem ao longo de cinquenta séculos, algumas mulheres atuaram de maneira importante na condução histórica dos povos. A participação efetiva e importante da mulher em relação à evolução da história mundial é vista também no movimento francês Comuna de Paris, em 1871. De acordo com Alambert (1986) *apud* Tavares (2006, p.03), “[...] a Comuna se constituiu na primeira oportunidade real para a participação de amplas massas femininas na vida política da França”. Naquele contexto “as mulheres participaram intensamente dos combates como enfermeiras, condutoras de ambulância e até mesmo nas barricadas, na luta efetiva”. (TAVARES, 2006, p.03).

---

<sup>8</sup> Agricultura intencional: agricultura realizada propositalmente/intencional com o objetivo de produzir alimentos para a subsistência do ser humano.



No período da Segunda Guerra Mundial foi importante a contribuição da mulher e ficou mais evidente esta atuação na sociedade. “A mulher não trabalhou apenas na produção de material bélico e alimentos, como também, engajou-se nos exércitos e nos combates de guerrilha.” (ALAMBERT, 1986 *apud* TAVARES, 2006, p. 03-04).

Segundo Tavares, com o advento do sistema capitalista, surge um ambiente econômico, baseado em novos ramos inseridos no sistema produtivo. Principalmente o ramo financeiro, de capitais e de informática, os quais são indispensáveis para a expansão da empresa capitalista moderna. Nesse contexto de competitividade, inovação e criatividade, a mulher tem confirmado cada vez mais sua importância e o seu papel no desenvolvimento econômico, social e político.

Atualmente as mulheres estão avançando nas áreas da cultura e da política. O povo brasileiro elegeu 288 mulheres para o cargo de prefeito e 5000 para o cargo de vereadoras nas eleições de 2004. Nos últimos 15 anos, entraram no mercado de trabalho brasileiro mais de 12 milhões de mulheres. Nos dias atuais, mais de 30 milhões de mulheres trabalham fora de casa (SILVA *et al* 2005, p.07).

Vê-se que apesar de não contemplar a maioria, pois ainda há um longo caminho a percorrer, a revolução sexual e a emancipação feminina tiveram um papel fundamental nessas mudanças. Assim, no Brasil, como em outras partes do mundo, as mulheres têm assumido papéis cada vez mais significativos na sociedade (a exemplo da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, da Secretária de Estado americana Hillary Clinton, da presidente argentina Cristina Kirchner, e da presidente do Brasil Dilma Rousseff, entre outras). Nesse sentido, segundo Pitanguy<sup>9</sup> (2011, p. 31)

A presença de duas mulheres concorrendo em 2010 à presidência, e a eleição de Dilma Rousseff como primeira mulher a ocupar o mais alto cargo do país, provocam repercussões importantes para o debate sobre mulher e política no Brasil. O apoio a candidaturas femininas representa um passo adiante em direção a uma sociedade com representação política mais igualitária. Não é a mesma coisa a candidatura de um homem ou de uma mulher, ou sua presença no exercício do poder público, a nível Executivo, Legislativo ou Judiciário. Ao

---

<sup>9</sup> Disponível em: [www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com...id...](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com...id...) (Acessado em: 05 de agosto de 2013).

ser eleito, ou indicado para um alto cargo público, o homem permanece onde sempre esteve no centro do poder. A mulher, entretanto, entreabre uma porta pela qual é possível que passem outras mulheres e outras temáticas, como a saúde reprodutiva, a violência doméstica, as creches, as discriminações de gênero, enriquecendo e ampliando o debate democrático. (2011, p.31)

Vê-se, pois na fala de Pitanguy a importância de duas brasileiras disputarem a presidência do Brasil e como essa mudança serve de exemplo para outras mulheres. Além disso, o fato das mulheres assumirem e atuarem em espaços e funções antes predominantemente masculinas abre perspectivas para melhoria das condições de gênero no âmbito da sociedade.

### **1.1 - A Mulher no Mercado de Trabalho**

A participação das mulheres nas atividades econômicas tem aumentado de modo significativo nas últimas duas décadas. Segundo Martins (1981) *apud* Tavares (2006, p.04), essa evolução da mulher como força de trabalho passa por três fases:

A primeira ocorre com o processo de industrialização, período no qual o índice de participação da mulher no mercado de trabalho é elevado em decorrência do número expressivo de empresas manufatureiras e comerciais limitadas à esfera doméstica. A segunda fase tem relação também com o desenvolvimento econômico, forçado pelo aumento do número das indústrias de transformação, o qual instigou um grande número de pessoas a largarem os seus pequenos negócios e suas fabricações caseiras. Somou-se a isto a migração da população de áreas rurais para áreas urbanas, reduzindo, assim, a participação da força de trabalho feminina em atividades produtivas.

A terceira fase está relacionada ao crescimento no setor de serviços, onde a participação da mulher também tem sido significativa. Nesta fase ocorreram transformações profundas em relação à inserção das mulheres como força de trabalho dinamicamente ativa, especialmente no contexto atual (MARTINS, 1981 *apud* TAVARES, 2006, p.04).

Há que se destacar também que o aumento do nível de escolaridade média e de acesso ao ensino superior, que se somaram ao advento da pílula anticoncepcional e à decorrente redução da taxa de fecundidade e natalidade, contribuiu para uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho. Todavia, o fato de trabalhar fora de casa condicionou as mulheres a uma dupla jornada de trabalho e, conseqüentemente ao conflito interno por deixar as funções até então

desempenhadas, como o cuidado com a casa e filhos, para buscar formação profissional e trabalho remunerado.

[...] apesar da dupla jornada ser um fator de opressão da mulher, é por meio do trabalho assalariado, realizado na maioria das vezes em âmbito público, que há a convivência com pessoas com as mais variadas posições diante do mundo, além da descoberta de um mundo mais politizado onde descobrem seus direitos como trabalhadora e como mulher. A vivência no ambiente assalariado traz melhorias para a auto-estima e a vontade de profissionalizar seus conhecimentos, o que acaba por mudar a forma de pensar seu universo apenas como mãe e dona-de-casa, mas como pessoa dotada de capacidades (CARVALHAL, 2002, p.2).

Nesse contexto de mudanças as mulheres também começam a participar mais das questões sociais e a reivindicar direitos. Nas décadas de 1970/80, elas lutaram pela anistia de seus filhos e maridos durante o regime militar e passaram a ter os problemas enfrentados no mundo do trabalho discutidos no âmbito sindical, espaço predominantemente masculino.

Todavia, ao se inserir no mercado de trabalho, as mulheres não enfrentam somente a dupla jornada de trabalho, mas também o preconceito e as formas precarizadas de trabalho e com remunerações inferiores às masculinas, mesmo quando exercem as mesmas funções. Neste sentido Carvalhal (2002) destaca que são as mulheres que mais realizam trabalhos precários e aponta, conforme dados do DIEESE (2001), que “57% das mulheres se concentravam nos trabalhos informais, autônomas, enquanto que menos da metade estava no mercado formal como assalariadas registradas e funcionárias públicas”.

Na sociedade contemporânea as mulheres estão ocupando cada vez mais profissões antes denominadas “masculinas”, inclusive em funções de comando, ou que exigem muito mais a criatividade e o intelecto do que a força física. No entanto, dados de 2011 levantados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que apesar do aumento do nível de escolaridade das mulheres (inclusive com formação superior), bem como sua participação no mercado de trabalho em todos os setores, elas ainda são maioria em apenas dois setores: de serviços domésticos e administração pública. Já no âmbito rural a atuação da mulher tem se dado conforme se apresenta a seguir.

## 1.2 - Breve Histórico das Mulheres na Luta pela Terra

Segundo Fischer e Gehlen, (2002, p.04), na luta pela reforma agrária brasileira, a mulher sempre esteve presente, todavia na invisibilidade, quase imperceptível. Mesmo assim algumas conseguiram se destacar, marcando a história de luta pela terra, por ser mulher, agente política e trabalhadora rural, a exemplo de Margarida Alves, Roseli Salete Nunes da Silva e Diolinda Rainha, as quais já se fez referência anteriormente.

No período denominado de Nova República as mulheres começaram a ter maior representatividade no cenário rural, através dos movimentos sociais, sindicatos rurais e do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. Elas lutaram para ser consideradas trabalhadoras rurais e ter direitos equivalentes aos direitos dos homens trabalhadores rurais.

Neste sentido Fischer e Gehlen destacam que:

[...] as mulheres rurais entram na cena política nacional através de movimentos sociais, sindicatos rurais e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, instalado no Ministério da Justiça, do Distrito Federal. Juntos pressionam dirigentes do País a criarem, naquele momento, no recém fundado Ministério da Reforma Agrária, a Comissão de Apoio à Mulher Trabalhadora Rural com a finalidade de contemplar suas reivindicações no contexto dessa reforma. De igual modo, forçam o governo a criar outra comissão de apoio à mulher rural no Ministério da Agricultura, para atender a reivindicações no contexto da política agrícola. (2002, p.06)

A luta das mulheres pela terra e pelo respeito e legalização de seus direitos já ocorrem há muitas décadas, mas ganhou expressividade somente a partir das décadas de 1980 e 1990. Neste sentido, como afirma Menegat:

[...] as mudanças na condição das mulheres do campo passaram a fazer parte da agenda do dia nas décadas de 1980 e 1990, com o movimento de mulheres camponesas que intensificaram as discussões ligadas à suas condições de vida, intentando não só o reconhecimento legal, mas, especialmente, o reconhecimento social de sua situação como mulheres e trabalhadoras. O movimento das mulheres camponesas trazia discussões ligadas à condição de trabalho, buscando levar ao campo, direitos, antes exclusivos dos homens e ou dos trabalhadores urbanos. Direitos que iam além de questões relativas à terra, salário e produção. (MENEGAT, 2008, p.05)

A luta das mulheres camponesas garantiu no ano de 1988 a seguridade de direitos na Constituinte, que previa o acesso à terra e, por conseguinte abriu portas para outras conquistas, como o acesso ao crédito rural, o salário maternidade, a aposentadoria, deste modo as mulheres alcançaram uma maior visibilidade social e produtiva. (MENEGAT, 2008)

Nesse processo há que se destacar a atuação de Diolinda Rainha, esposa do líder do MST<sup>10</sup> José Rainha. Ela foi uma das que encorajou outras mulheres a se unirem em busca de respeito e igualdade de gênero.

Com o decorrer do tempo o movimento de mulheres passou a discutir temas como violência doméstica, relações de gênero, reprodução, produção sustentável. Um exemplo disto é o slogan do ano de 2007, “Produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza”<sup>11</sup>, buscando assim novas formas de interação social com uma sociedade mais democrática. (MENEGAT, 2008, p.06)

As mulheres rurais sempre lutaram por melhores condições de reprodução da vida no campo, embora sua atuação nem sempre tenha sido vista, pois em muitos momentos o trabalho desempenhado era denominado de “ajudante” e não como o de uma trabalhadora rural.

É possível observar um compasso descontínuo na participação das mulheres na esfera pública dos assentamentos, mas mesmo assim elas estão produzindo uma nova maneira de viver, o que permite caminhar para a construção de maior autonomia, tanto no plano pessoal, como no da gestão e encaminhamento de atividades, o que as leva a negarem a imagem, até então dominante, da mulher como mera “ajudante” ou dependente do trabalho masculino. Isso tem conduzido-as a questionar, transformar valores tradicionais que só têm feito manter, através dos tempos, o homem à frente do espaço público, porque é cômodo ter, à sua sombra, a presença ‘segura’ da mulher. (MENEGAT, 2008, p.06)

Vê-se, pois, que as mulheres trabalhadoras rurais também buscam seu espaço, a valorização e a igualdade de direitos e deveres. Hoje, mesmo que o trabalho desempenhado por elas seja igual ao do passado, já são vistas como trabalhadoras rurais e não como meras “ajudantes”. Com o mesmo direito a terra e as políticas públicas que os homens assentados, trabalhadores rurais têm. Um exemplo é a linha de financiamento do PRONAF para investimentos em propostas de crédito voltado exclusivamente para a mulher agricultora. (Tabela 01)

---

<sup>10</sup> Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

<sup>11</sup> Slogan usado no movimento das mulheres trabalhadoras rurais e camponesas, no ano de 2007.

LINHA	PÚBLICO	MODALIDADE	FINALIDADE	CRÉDITO/TETO	JUROS	BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA	PRAZO	CARÊNCIA
Pronaf Mulher MCR 10-9	Mulheres agricultoras, independente do estado civil	Investimento	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora	Grupos A, A/C e B 2,5 mil	0,05% a.a	25% sobre cada parcela (até a soma das operações alcançar R\$ 7,5 mil)	2 anos	Não se aplica

**Tabela 1** – Adaptado do Plano de Safra 2013/2014.  
Fonte: Pronaf <sup>12</sup>.

Como se vê na tabela 1, o PRONAF já disponibiliza uma linha de crédito específica para as mulheres trabalhadoras rurais, independente do estado civil das mesmas. Acredita-se que isto é um reflexo de suas lutas e da conquista do direito a ter a terra também em seu nome.

### 1.3 - A Atuação das Mulheres na Luta pela Terra

Como é sabido, o processo de luta pela terra passa por dois momentos distintos: o da conquista do lote (acampamento) e o da organização e administração (assentamento), e nestes dois momentos homens e mulheres realizam diferentes tarefas. Durante a fase do acampamento, cabe ao homem à função de planejar, decidir, programar a ocupação, guiar a família, construir o seu barraco, transportar objetos básicos de uso doméstico, defender o acampamento de ataques inimigos, pegar lenha, água, alimento e fazer o fogo.

Já a função da mulher nessa mesma fase é a de definir o que deve ser levado para o acampamento, arrumar o barraco, preparar a comida, cuidar das crianças, enfim tudo que caberia a uma mulher e mãe em qualquer circunstância. As mulheres são estimuladas a participar dos acampamentos por estas serem consideradas, juntamente com as crianças, um trunfo contra os oponentes, ou seja, são “usadas” estrategicamente pelos homens do acampamento para “furar os cercos formados por jagunços de latifundiários e, participar ativamente de embates contra a polícia”. Como na nossa cultura a crença de que as mulheres juntamente com as crianças são frágeis, as barreiras formadas por elas tendem a ser “respeitadas” pelos adversários (polícia, fazendeiros, pistoleiros). (PESSOA, 1990 *apud* FISCHER e GEHLEN, 2002, p. 16).

<sup>12</sup> Disponível em: [http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/pronaf/arquivos-tecnicos-plano-safra-13-14/Condi%C3%A7%C3%B5es\\_do\\_Cr%C3%A9dito\\_2013-2014.pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/pronaf/arquivos-tecnicos-plano-safra-13-14/Condi%C3%A7%C3%B5es_do_Cr%C3%A9dito_2013-2014.pdf) (acesso em: 17/07/2013).

Na fase de organização e administração do assentamento a mulher é vista como uma agricultora tradicional, responsável pela reprodução biológica, enquanto que o homem toma para si a produção agrícola no âmbito público.

Nessa fase do assentamento as mulheres assentadas assumem várias tarefas, enquanto os homens exercem o comando do lote e da produção na esfera pública. Elas veem seu trabalho tanto no campo quanto dentro de casa se tornar invisível aos olhos de seus companheiros. Além de responsável pela reprodução biológica, a mulher desempenha as tarefas do lar, tais como cuidar da casa, dos filhos e tratar dos bichos, e ainda realiza o cultivo de verduras e legumes que serão destinados tanto para o consumo da família, como para o comércio do excedente destinado ao complemento da renda familiar.

Entretanto esses afazeres delegados à mulher não são considerados “trabalho”<sup>13</sup>, pois não geram diretamente renda para a família. A concepção de trabalho que é disseminada dentro do contexto social se confunde com a relação de emprego. Pois o trabalho são todas as atividades que desempenhamos no decorrer de nossas vidas sem necessariamente ter um vínculo financeiro, uma remuneração. Já o emprego é uma função a qual se desempenha em troca de um salário. Este aspecto contribui para que algumas mulheres não sejam valorizadas no trabalho que realizam dentro de seus lares e na ajuda que dão para os maridos no desenvolvimento de seus lotes. Todavia, apesar do trabalho realizado pelas mulheres em seus lares não ser valorizado, por não gerar renda, ele é fundamental no processo de reprodução da vida. Neste sentido, segundo Blay (1975, p.11):

[...] ao manipular o salário, ao transformá-lo em alimento, habitação, limpeza, em fim ao empregar um serviço que transforme a moeda em formas necessárias à subsistência, a mulher aplica ao salário um trabalho que vem se somar ao valor real do mesmo. Sem esse trabalho o salário do trabalhador industrial não seria suficiente para a subsistência de si mesmo e do seu grupo familiar.

Blay (1975) assim como Antunes (2009) discorrem sobre a importância do trabalho doméstico realizado pelas mulheres em seus lares, ressaltando a importância do mesmo para a reprodução da vida e para viabilizar a reprodução do capital, “Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas.” (ANTUNES, 2009, p. 108)

---

<sup>13</sup> Para Antunes (1997, p. 124) “O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído”.

Se os homens tivessem que pagar para as suas esposas lavar e passar as roupas, limpar, cozinhar, cuidar dos filhos, cuidar dos familiares doentes, etc., o trabalho executado pelas esposas passaria a ter um preço e deste modo tornar-se-ia uma função remunerada e, portanto um emprego. Como isto não acontece, o mínimo a se esperar é que os homens respeitem e reconheçam a importância do trabalho de suas companheiras.

Tendo em vista que as empregadas domésticas<sup>14</sup> já adquiriram direitos e respeito por parte da sociedade nada mais justo que as mulheres, donas de casa<sup>15</sup>, sejam também valorizadas igualmente pela sociedade e por seus companheiros. Segundo Antunes:

As mulheres trabalham mais do que os homens em quase todas as sociedades. A disparidade é particularmente elevada nas zonas rurais dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados a disparidade é menor, mas existe, sobretudo na Itália (28%), na França (11%) e nos Estados Unidos (11%) quando comparadas aos homens. (LE MONTE, 1999 apud ANTUNES, 2009, p. 108)

Como já ocorre em muitas famílias o homem já tem participado mais dos afazeres domésticos, e do cuidado com os filhos. Esta atitude faz com que o homem respeite e valorize mais a sua companheira, visto que ele acaba compreendendo um pouco do cotidiano doméstico que suas esposas enfrentam diariamente.

Todavia, há que ressaltar que, de um modo geral, as mulheres que durante o acampamento exercem além de suas funções domésticas, uma posição político-estratégica para a

---

<sup>14</sup> Considera-se empregado(a) doméstico(a) aquele(a) maior de 18 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas. Assim, o traço diferenciador do emprego doméstico é o caráter não-econômico da atividade exercida no âmbito residencial do(a) empregador(a). Nesses termos, integram a categoria os(as) seguintes trabalhadores(as): cozinheiro(a), governanta, babá, lavadeira, faxineiro(a), vigia, motorista particular, jardineiro(a), acompanhante de idosos(as), entre outras. O(a) caseiro(a) também é considerado(a) empregado(a) doméstico(a), quando o sítio ou local onde exerce a sua atividade não possui finalidade lucrativa.

A Lei n° 5.859, de 11 de dezembro de 1972, regulamentada pelo Decreto n° 71.885, de 9 de março de 1973, dispõe sobre a profissão do(a) empregado(a) doméstico(a), conceituando e atribuindo-lhe direitos. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, concedeu outros direitos sociais aos(as) empregados(as) domésticos(as), tais como: salário-mínimo; irredutibilidade salarial; repouso semanal remunerado; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, 1/3 a mais do que o salário normal; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; licença-paternidade; aviso-prévio; aposentadoria e integração à Previdência Social.

Com a edição da Lei n.º 11.324, de 19 de julho de 2006, que alterou artigos da Lei n.º 5.859, de 11 de dezembro de 1972, os trabalhadores domésticos firmaram direito a férias de 30 dias, obtiveram a estabilidade para gestantes, direito aos feriados civis e religiosos, além da proibição de descontos de moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Trabalho Doméstico. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/trab\\_domestico/](http://www.mte.gov.br/trab_domestico/) / html> . Acesso em: 17 de junho de 2013

<sup>15</sup> Este termo é utilizado para designar as mulheres que cuidam da casa, dos filhos, esposos, sem terem um emprego; trabalham apenas no lar.



conquista da terra, quando o assentamento se forma se veem impedidas de continuar exercendo essa posição na luta, pois são absorvidas pelos afazeres domésticos e atividades produtivas no lote, além de não serem incentivadas por seus companheiros.

As mulheres do Assentamento Gardinha relataram que participaram ativamente na luta pela terra, frequentavam as reuniões e permaneciam em seu acampamento mesmo tendo uma vida sofrida no lugar, pois o sonho de ter um pedaço de terra os mantinha unidos em busca do seu objetivo (o lote). Segundo Freitas:

A participação das mulheres na luta pela terra teve seu aspecto positivo quando elas conseguiram sair do domínio privado, onde não tinham voz e não realizavam seus anseios dentro de casa. Entretanto, apesar da efetiva participação feminina, a história oficial do movimento de luta pela terra tem sido protagonizada por homens. (2007, p.08)

Assim, a relação desigual e conflituosa ainda é vivenciada pelas mulheres que se dividem entre o cuidado com a casa, os filhos, o marido e a participação ativa no desenvolvimento do assentamento. Neste sentido Freitas destaca que:

O fato de deixar a casa, os afazeres domésticos (que são atividades desempenhadas pelas mulheres) e os filhos (cujo cuidado está sob a responsabilidade da mulher) não é bem visto pelos seus respectivos companheiros, que impedem a sua saída e participação em eventos e reuniões e demais atos promovidos não somente pelo coletivo, mas pelo movimento como um todo. (2007, p.08)

Desse modo, a falta de apoio de seus companheiros muitas vezes desestimula as mulheres assentadas a não participar das reuniões e eventos que têm como função desenvolver ou trazer alguma melhoria ao assentamento do qual fazem parte.

No entanto, não foi esta a realidade apresentada pelas mulheres entrevistadas no Assentamento Gardinha. Elas relataram que seus companheiros as apoiam quando decidem participar de qualquer evento que seja em benefício do assentamento<sup>16</sup>. Com essa informação pressupõe-se que houve mudança de comportamento do homem para com sua esposa, mostrando assim que a mulher vem ganhando espaço na participação da luta pela terra. E que essa participação não ocorre para medir forças com o seu companheiro e sim para somar.

---

<sup>16</sup> Todavia, o fato de os maridos permanecerem junto delas durante as entrevistas pode tê-las deixado intimidadas e, portanto, tenham se sentido “forçadas” a falar bem de seus companheiros.

Além da história da luta pela terra ser protagonizada por homens, secundarizando o papel da mulher nas decisões, até pouco tempo atrás as mulheres não tinham o mesmo direito que os homens na posse legal da terra.

Foi possível verificar durante a pesquisa de campo no Assentamento Guardinha, que três mulheres assentadas são responsáveis legais pelo lote, sendo que duas delas passaram a responder sozinhas pelo lote depois que perderam os maridos, e a terceira assentada se tornou responsável legal por seu lote desde a formação do assentamento, tendo em vista ter permanecido acampada sem o marido. Apesar de estar casada na época do acampamento, por ter sido ela quem ficou acampada possibilitou que o lote fosse doado em seu nome.

Este foi um dos direitos conquistados pelas mulheres. Como destaca Bertoline:

A luta dos movimentos sociais de mulheres nos anos de 1980 garantiu que na Constituição Federal de 1988 fosse incluído o direito das mulheres a terra. O artigo 189 da Constituição Brasileira passou a afirmar que: 'O título de domínio e concessão de uso serão conferidos ao homem e as mulheres ou a ambos, independentemente do estado civil' (2003, p.06).

No entanto só 15 anos depois é que o artigo 189 foi efetivado, devido à reivindicação da Marcha das Margaridas. Atualmente os dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) mostram que os novos contratos de assentamentos já estão saindo no nome das mulheres. O fato de ter na Constituição Brasileira um artigo obrigando a titulação conjunta do lote entre os casais e a admissão de mulheres chefes de família<sup>17</sup> como tendo direitos a adquirir o lote, permitiu que a mulher ganhasse mais espaço dentro da sociedade, principalmente no âmbito rural. Como se observa na citação abaixo:

O direito a terra e o controle da propriedade têm muitas implicações sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres. O controle da terra pela mulher amplia o grau de autonomia delas. Nos casos de separações e morte na família, elas preservam os seus direitos e ampliam a sua capacidade de decidir sobre sua vida afetiva, seus projetos pessoais, coletivos e garantem acesso à renda própria. (BERTOLINE, 2003, p.09)

---

<sup>17</sup> Mulheres chefe de famílias é um termo utilizado para se referir as mulheres que trabalham para sustentar seus familiares. Tomando para si a responsabilidade de manter financeiramente sua família. Estudos do IBGE (2011) já evidenciam esta realidade na sociedade brasileira, seja na cidade ou no campo.

É importante destacar que apesar dessas mudanças há mulheres, que por alguma razão estão no comando dos lotes, mas que ainda vivenciam uma condição de “inferioridade” de gênero, sofrendo represália, muitas das vezes de seus vizinhos assentados, conforme depoimento abaixo destacado:

Meu vizinho botou fogo no meu canavial. Ele não respeita mulher. Ele já comprou vários lotes de outras mulheres e acho que quer comprar o meu de graça (barato). Por isso, ele botou fogo na cana, pra me apressar e vender tudo barato. Vou vender minha parcela a ele ou a outro. Não aguento mais esta vida. (PESSOA 1990; RUFINO e ALBUQUERQUE, 1996 apud FISCHER e GEHLEN, 2002, p.11)<sup>18</sup>

Nesse depoimento fica evidenciado o preconceito do qual a mulher assentada tem sido vítima. Todavia está havendo uma mudança de visão na sociedade, seja na luta pela terra ou não. Com relação a essa mudança de comportamento e pensamento da mulher trabalhadora rural Menegat salienta que:

O empoderamento desmistifica a idéia natural de que ‘é assim mesmo que tem que ser, porque sempre foi assim’. As mulheres assentadas questionam a construção social baseada na desigualdade entre homens e mulheres e estão tornando-se elas próprias novas mulheres. (2008, p.07)

As mulheres trabalhadoras rurais querem ser valorizadas e respeitadas em decorrência da sua atuação no lote e na busca pela reprodução da vida no âmbito rural. Elas são atuantes em seus lotes, no ambiente doméstico e muitas vezes na luta por melhorias no meio rural. No entanto a busca por valorização e reconhecimento que essas mulheres anseiam precisa ser apoiada pelo poder público, pois, como destacam Cintrão e Siliprandi (2011)<sup>19</sup>:

[...] O acesso a políticas públicas pode melhorar concretamente a vida das mulheres e permitir que haja uma valorização das suas contribuições para a sociedade, ajudando a superar valores e preconceitos ainda existentes, que impedem a sua plena realização como cidadãs. O desenho de políticas públicas precisa levar em conta essas questões se quiser fazer realmente políticas de cidadania como um passo importante da luta pela emancipação humana de homens e mulheres. (p.227-228)

---

<sup>18</sup> Informação Verbal.

<sup>19</sup> Disponível em: [www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com...id...](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com...id...) (acessado em: 05 de agosto de 2013).

No entanto, essas políticas não são instituídas pelo Estado espontaneamente. Geralmente decorrem de muita reivindicação, ou seja, são conquistas obtidas a partir das lutas dos movimentos organizados, a exemplo das lutas do MST, e da Marcha das Margaridas.

#### **1.4 - Marcha das Margaridas: Importância na Luta das Mulheres Trabalhadoras Rurais**

A Marcha das Margaridas (Foto 03) acontece desde o ano de 2000, e recebeu essa denominação em homenagem a Margarida Maria Alves, trabalhadora rural e líder sindical. Margarida foi a primeira mulher a lutar pelos direitos daqueles que trabalham na terra. Em 1973 foi eleita presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB, se tornando a primeira mulher a ocupar um cargo destes no estado da Paraíba, tendo permanecido no mesmo por 12 anos.

Margarida lutava pelos direitos do trabalhador/trabalhadora rural, pelos direitos trabalhistas dos mesmos em igualdade com os demais trabalhadores assalariados, tais como décimo terceiro, registro em carteira de trabalho, jornada de oito horas e férias obrigatórias. Todavia, no contexto de surgimento do Plano Nacional de Reforma Agrária, o embate com os latifundiários se intensificou e, conseqüentemente a violência no campo também. Margarida foi uma vítima dessa violência, tendo sido assassinada a tiro na porta da sua casa, no dia 12 de agosto de 1983, aos 50 anos, na frente de seus filhos e do marido<sup>20</sup>. Após sua morte foi homenageada com o prêmio “Pax Christi Internacional”.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://celebremospaz.blogspot.com.br/2007/08/margarida-maria-alves-nasce-em-alagoa.html> (acessado em: 05 de agosto de 2013)



**Foto 01:** Marcha das Margaridas<sup>21</sup>

Com relação à Marcha das Margaridas cabe informar que esta é uma ação que mobiliza mulheres do campo e da floresta na busca por conquistas de direitos que possibilitem uma melhor reprodução da vida no campo. Essas mulheres reivindicam reconhecimento social, político e cidadania plena. Desde sua criação no ano 2000, a marcha tem defendido diversos lemas entre os quais a luta contra a fome e a pobreza, o direito a terra, a políticas públicas voltadas para as trabalhadoras e trabalhadores rurais, e contra a violência sexista<sup>22</sup>.

A coordenação da Marcha das Margaridas é feita pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, pelas 27 Federações de Trabalhadores(as) na Agricultura (FETAGs), por mais de quatro mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e também por organizações de mulheres parceiras.<sup>23</sup>

### **1.5 - Principais Conquistas Alcançadas pela Marcha das Margaridas**

As mulheres trabalhadoras rurais conseguiram através da Marcha das Margaridas que uma lei conquistada em 1988, - artigo 189 da Constituição Brasileira que determina a Titulação Conjunta obrigatória -, entrasse em funcionamento com a Edição da Portaria 981 de 02 de outubro de 2003. A Marcha das Margaridas conseguiu mais benefícios para as mulheres

<sup>21</sup> Disponível em: [www.contag.org.br/index.php?modulo...acao...](http://www.contag.org.br/index.php?modulo...acao...) (acessado em 25 de julho de 2013).

<sup>22</sup> Disponível em: [www.une.org.br/2011/08/marcha-das-margaridas-reune-trabalhadoras-rurais-de-todo-o-pais-em-brasil/](http://www.une.org.br/2011/08/marcha-das-margaridas-reune-trabalhadoras-rurais-de-todo-o-pais-em-brasil/) (acessado em 25 de julho de 2013).

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=256&ap=1&nw=1>. (Acessado em 25 de julho de 2013).

trabalhadoras rurais, a saber: Criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural (PNDMTR); Revisão dos critérios de seleção de famílias cadastradas para facilitar o acesso das mulheres a terra; Edição da Instrução Normativa (IN) N º 38 de 13 de março de 2007- normas para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, dentre elas a prioridade as mulheres chefes de família; Capacitação de servidores INCRA sobre legislação e instrumentos para o acesso das mulheres a terra; Formação do Grupo de Trabalho (GT) sobre Gênero e Crédito e a Criação do PRONAF mulher; Criação do crédito instalação para mulheres assentadas; Declaração de Aptidão ao PRONAF em nome do casal; Ações de capacitação sobre o PRONAF (Ciranda do PRONAF e Capacitação em Políticas Públicas); Inclusão da abordagem de gênero na Política Nacional de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) e da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) para mulher; Apoio ao protagonismo das mulheres trabalhadoras nos territórios rurais; Criação do Programa de Apoio a Organização Produtiva das Mulheres; Documentação; acesso a terra; apoio às mulheres assentadas e políticas de apoio a produção na agricultura familiar; Apoio para a realização de Feiras para a comercialização dos produtos dos grupos de mulheres<sup>24</sup>.

Contudo, como já dito anteriormente, essas conquistas só foram possíveis através da mobilização e manifestação das mulheres trabalhadoras rurais. Visto que apesar de serem medidas implantadas pelo Estado não decorrem de iniciativa própria deste, mas de reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais, as maiores interessadas nas melhorias das condições de reprodução da vida no campo.

Com base nos relatos do documentário Terra para Rose (1987), o qual retrata a trajetória de 1500 famílias que permaneceram acampadas na Fazenda Anoni (no Rio grande do Sul), para pressionar o governo a realizar a Reforma Agrária, cabe dizer que é somente com união e organização para reivindicar que os trabalhadores e trabalhadoras rurais vão conseguir conquistar seu pedaço de terra para produzir e assim prosperar.

---

<sup>24</sup> Disponível em: [www.fetraece.org.br/imagem/conteudo/site\\_6/tray.pdf](http://www.fetraece.org.br/imagem/conteudo/site_6/tray.pdf) (acessado em 25 de julho de 2013).

## CAPÍTULO II – LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO GUARDINHA EM JARDIM – MS

Criado em 1953, o município de Jardim faz parte da microrregião de Bodoquena e Mesorregião Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul. Sua área é de 2.201,73 km<sup>2</sup>, representando 0.6165% do Estado, 0.1376% da Região e 0.0259% de todo o território brasileiro. Localiza-se na latitude de 21°28'48" Sul e longitude de 56°08'16" Oeste e está distante 234 km da capital estadual. O município limita-se ao Norte com Bonito e Guia Lopes da Laguna; ao Sul com Bela Vista e Ponta Porã; ao Leste com Ponta Porã e Guia Lopes da Laguna; e ao Oeste com Caracol, Porto Murtinho e Bela Vista.<sup>25</sup>



**Figura 01:** Assentamento Guardinha  
Fonte: PEREIRA, 2013.

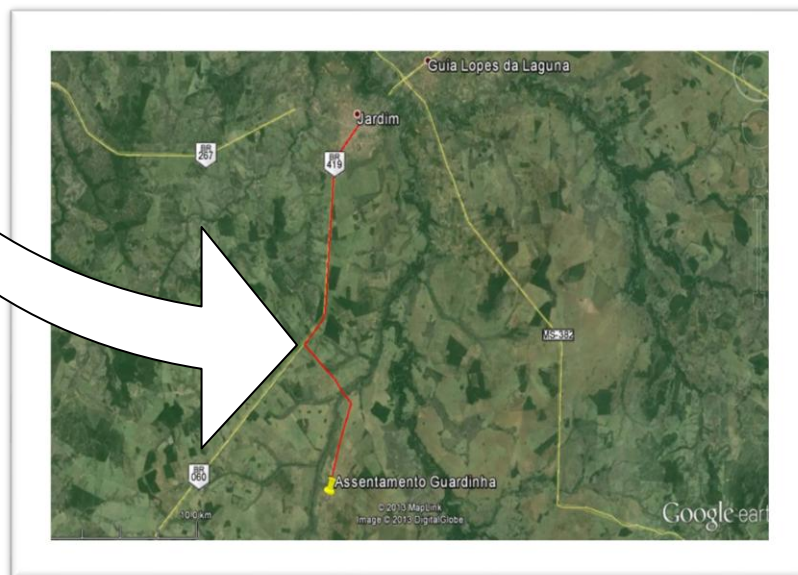
<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.assomasul.org.br/?pag=municipios-dados...48.html>> (acessado em: 25 de outubro 2013) e também em Disponível em: <<http://www.geografos.com.br/cidades-mato.../jardim.php.html>> (acessado em: 25 de outubro 2013).

O município de Jardim possui dois projetos de assentamentos do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), o Assentamento Recanto do Rio Miranda e o Assentamento Guardinha, objeto deste estudo.

O assentamento encontra-se situado na parte sul do município, as margens do Rio Guardinha. O acesso ao mesmo se dá pela BR 060, km 13, no sentido Jardim-MS/Bela Vista-MS (Fotos 01 e 02).



**Foto 02:** Entrada do Assentamento Guardinha.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.



**Foto 03** - Imagem de Satélite com a localização do Assentamento Guardinha-MS  
Fonte: Google Maps.

O Assentamento Guardinha foi criado em 22 de setembro de 2000, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, conforme Portaria nº25, de 23 de novembro de 1999.



Mediante conversa com as mulheres do assentamento Guardinha, estas relataram que a Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora foi desapropriada e destinada à reforma agrária, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em decorrência de dívida, ou seja, o ex-proprietário estava em atraso com o pagamento dos impostos dessa área já havia 18 anos.

A legislação prevê que propriedades rurais em condições irregulares quanto ao pagamento dos impostos sejam transferidas ao INCRA e, assim, destinadas a Reforma Agrária.

[...] § 2º A Fazenda Pública poderá, ouvido o INCRA, adjudicar, **para fins fundiários, o imóvel rural penhorado**, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos. [...] § 2º, **o imóvel passará a integrar o patrimônio do INCRA**, e a carta de adjudicação e o registro imobiliário serão expedidos em seu nome” (grifo nosso)<sup>26</sup>.

Há que se destacar ainda que a terra também é passível de desapropriação quando não cumpre a sua função social, conforme disposto no artigo 184 da Constituição Federal de 1988<sup>27</sup>.

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. [...] § 2º - O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

Assim, em cumprimento ao disposto na Constituição Federal, a Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora foi desapropriada e destinada a reforma agrária, cumprindo assim a função social da terra que se constitui em ser produtiva e garantir emprego e renda.

O sorteio dos lotes ocorreu no dia 01 de maio de 2001, tendo contemplado 19 (dezenove) famílias dos municípios de Guia Lopes da Laguna-MS e 11 (onze) do município de Jardim-MS, totalizando assim 30 (trinta) famílias (IDATERRA, 2001, p.02; LEITE, 2011, p.40). O assentamento tem uma área total de 989,4907 hectares, sendo que 287 hectares são destinados à reserva legal (LEITE, 2011, p. 36-37).

---

<sup>26</sup> **Lei Nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996**, Seção IX, Das Disposições Gerais, Dívida Ativa - Penhora ou Arresto, Art. 18. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19393.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19393.htm) (acesso em: 16/07/2013)

<sup>27</sup> Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm) (acesso em: 16/07/2013)

## **2.1 - Histórico do Assentamento Guardinha**

Segundo dados do IDATERRA (2001) as trinta famílias assentadas no Projeto de Assentamento Guardinha faziam parte de um grupo de 244 famílias, as quais realizaram a primeira ocupação na fazenda Morro Azul, no município de Nioaque, no dia 27 de dezembro de 1997. Onde permaneceram até o dia 16 de janeiro de 1998, quando foram retirados pela polícia Militar de Jardim.

Ao saírem da fazenda Morro Azul foram acampar as margens da BR 267. Em seguida mudaram o acampamento para uma área de 2,0 hectares da Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna, localizado também próximo a BR 267. O grupo permaneceu nesse local até maio de 1998, quando se deslocou para um acampamento situado no distrito do Boqueirão, no município de Jardim, à margem da BR 060. Os acampados deixaram o local em agosto do mesmo ano e, em seguida fizeram sua primeira ocupação na Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora (área do atual assentamento Guardinha), de onde foram despejados em setembro de 1998.

O grupo acampou, então, às margens do Córrego Guardinha, no mês de outubro de 1999, e em seguida reocupou a Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora, ocasião em que o INCRA fez o cadastramento das famílias que ali estavam. Retornaram para as margens do Córrego Guardinha em 22 de fevereiro de 2000, permanecendo no local até o INCRA autorizar a ocupação da sede da Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora, que só aconteceu em 07 de outubro de 2000. Nesse período foi realizada uma triagem para definir o número de famílias que iriam ser contempladas com os lotes, totalizando as trinta famílias.

## **2.2 - Organização das Famílias no Início do Assentamento**

Cada grupo familiar do assentamento era constituído à época por cerca de quatro pessoas, das quais mais da metade eram adultos. Para calcular a unidade de trabalho familiar foram levados em consideração apenas os membros acima de 12 anos e até 70 anos. Esta contagem foi feita para verificar quantas pessoas havia em condições de tomar conta das atividades produtivas, especialmente de plantio e colheita, em cada lote (IDATERRA, 2001). (Quadro 1)

<b>Faixa etária (anos)</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
< 1	0	2
1 a 4	5	4
5 a 7	7	2
8 a 12	10	4
13 a 17	6	8
18 a 30	8	8
31 a 55	27	19
56 a 70	3	1
> 70	0	0
Total	66	48

**Quadro 1** - População do Assentamento Guardinha em 2001

Fonte: IDATERRA, 2001.

Os assentados do Guardinha enquanto ainda eram acampados estavam ligados a FETAGRI que defendia seus interesses. Posteriormente, na condição de assentados, se organizaram e criaram uma associação, que tem por objetivo a busca de melhorias das condições de produção, social e de infraestrutura para o assentamento. (IDATERRA, 2001)

### **2.3 - Aspectos da Infraestrutura do Assentamento Guardinha Atualmente**

Durante a pesquisa de campo<sup>28</sup> foi possível verificar que cada lote do assentamento tem água encanada e energia elétrica. Mesmo com reclamações feitas pelos assentados sobre o mau estado de conservação das estradas, no momento da visita ao assentamento observou-se que as mesmas se encontram em condições de serem trafegadas, ficando em condições ruins somente em períodos de chuvas constantes, ou seja, no verão, particularmente nos meses de janeiro e fevereiro.

Os assentados contam com atendimento médico em um posto de saúde (Foto 02) que se encontra no interior do assentamento Guardinha, onde são realizados exames e tratamentos de menor complexidade.

<sup>28</sup> Pesquisa de Campo realizada em julho de 2012.



**Foto 04:** Posto de Saúde do Assentamento Guardinha-MS  
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

As mulheres entrevistadas relataram que os médicos que fazem o atendimento no assentamento são excelentes e que não há do que reclamar. Ainda segundo elas os exames de rotina que envolve a saúde das mulheres sempre foram realizados da melhor maneira, sendo estas muito bem tratadas. Destacaram também que, por diversas vezes, foram realizadas palestras no local sobre diferentes assuntos que tratam da saúde da mulher. Até setembro de 2012 os assentados contavam com o amparo de psicólogos, que os atendiam *in loco*.

O assentamento não tem escola, no entanto é realizado o transporte escolar dos alunos de todas as idades, para as escolas da cidade de Jardim e do distrito de Boqueirão. No que se refere ao transporte escolar e ao atendimento médico, as assentadas concordam que são bons e indispensáveis para todos os moradores do Assentamento Guardinha.

#### **2.4 - Renda das Famílias**

De acordo com dados do IDATERRA (2001) à época, ficou evidenciada certa disparidade na renda das famílias. Enquanto algumas famílias possuíam quatro cabeças de gado, ou mais, outros nada possuíam. Ou seja, aproximadamente 50% dos assentados não possuíam nenhum gado, 25% tinham até quatro cabeças e os outros 25% mais de 30 cabeças de gado. Mediante essa desigualdade os detentores de maior número de gado cederam um animal para quem nada possuía, dessa maneira contribuíram com a subsistência de seus companheiros de assentamento. Este fato ocorreu antes de serem contemplados com o financiamento do PRONAF. Foi verificado também que, 35% dos assentados possuíam automóveis e um deles

possuía um caminhão, que era utilizado para fazer a compra dos assentados no município de Jardim-MS (IDATERRA, 2001).

Atualmente no Assentamento Guardinha, 41% dos assentados cultivam em seu lote e também trabalham fora para complementar a renda familiar, 35% dos assentados se mantêm apenas com o que cultivam em seus lotes e 24% dos assentados não produzem em seus lotes e trabalham fora do assentamento ou prestam serviços para outros assentados do Guardinha que possuem melhores condições financeiras, para se manterem. Poucos assentados possuem carros para se deslocarem até a cidade, segundo informações de uma assentada, quem não possui carro vai para a cidade de ônibus escolar (com as crianças) ou de táxi. (Pesquisa de Campo, 2012)

## **2.5 - Organização dos Lotes**

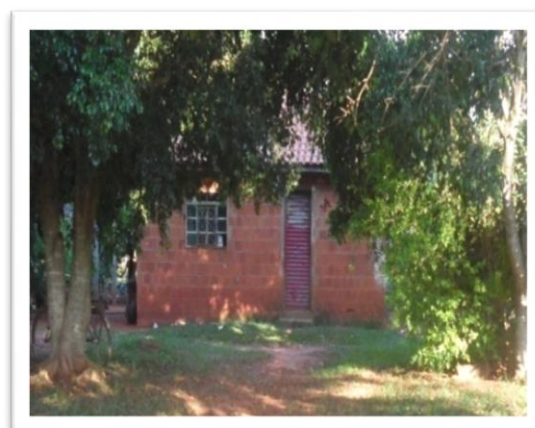
Segundo dados do IDATERRA (2001), desde a formação do assentamento os lotes são utilizados individualmente, não havendo, portanto área destinada ao uso coletivo. As pastagens ocuparam 55% dos lotes, às culturas temporárias e permanentes foram destinados 10% e a área de reserva legal constituiu 32%.

## **2.6 - As Condições de Moradia nos Lotes**

Outro aspecto detectado na pesquisa de campo é que as famílias que já possuíam algum bem antes de serem assentados têm residências melhores, mais confortáveis (Fotos 04, 05,06 e 07). Além disso, há casos em que os filhos dos assentados que tem melhor condição de vida, ou seja, trabalham fora do assentamento ajudam seus pais financeiramente, proporcionando-lhes melhorias nas condições de vida.



**Foto 05 e 06-** Lotes do Assentamento  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



**Foto 07 e 08-** Lotes do Assentamento Gardinha  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Desse modo, como se pode observar (Fotos 04, 05, 06 e 07), as residências mais humildes foram construídas apenas com os recursos destinados pelo governo e as melhor estruturadas (pintadas, rebocadas, etc.) foram terminadas com o uso de economias da própria família ou ajuda de familiares.

## **2.7 - Perspectivas Para o Assentamento Gardinha-MS no Início de Sua Formação**

De acordo com as informações contidas no Projeto de Assentamento Gardinha (IDATERRA, 2001) havia um “Projeto de Produção Agropecuária”, o qual tinha por objetivo propiciar uma renda mínima mensal às famílias assentadas e que essa renda permitisse o sustento da família, o reinvestimento nos lotes e, desse modo, a melhoria das condições de vida dos

assentados. As metas do referido projeto eram que 90% das famílias assentadas pudessem, a partir do terceiro ano de implantação do mesmo, manter-se por conta própria, ganhar autonomia. Que 85% das famílias assentadas conseguissem por si mesmas reinvestir em seus lotes até o quinto ano de implantação do projeto, e que esses 85% se mantivessem adimplentes no pagamento dos financiamentos (sem dever ao banco) até o quinto ano de implantação do projeto.

Foi importante verificar como se deu o processo de formação do assentamento Guardinha para compreender a atual conjuntura, ou seja, o que estava previsto no Projeto de Assentamento Guardinha e o que aconteceu na prática. Durante as entrevistas com os assentados e assentadas, foi dito que apenas uma pequena parcela dos lotes tem solo fértil para o cultivo, tanto para a subsistência quanto para a comercialização. Houve relatos de que alguns deles perderam suas plantações em decorrência do solo infértil para o cultivo.

A alegação dos assentados é que isso torna cada vez mais difícil as condições de vida e permanência na terra, pois nem gradeando/arando o solo, conseguem uma colheita que garanta a subsistência da família, e que permita a comercialização para compensar os gastos com o plantio. Também foi relatado pelos assentados que para irrigar as plantas é utilizada a água do único poço que abastece o assentamento inteiro e que também atende a necessidade do rebanho bovino.

Vê-se, pois, que no momento da implantação do Assentamento Guardinha, havia um projeto e uma visão de como estaria futuramente, todavia as metas e objetivos estabelecidos não foram alcançados em sua totalidade. As dificuldades encontradas pelos assentados são geralmente relacionadas aos financiamentos e assistência técnica, produção, comercialização, apoio logístico para inserir a produção no mercado. Todavia, há que se destacar, que a falta de organização coletiva e de lideranças comprometidas com o grupo contribui para a existência de tais dificuldades.

## **2.8 - A Atuação da Liderança na Organização do Assentamento**

Durante a visita ao Assentamento Guardinha verificou-se<sup>29</sup> que o mesmo não se desenvolveu por falta de liderança, pois mesmo existindo uma associação e um líder da mesma, não se busca melhorias para o Assentamento Guardinha e há muitos anos não se tem mais

---

<sup>29</sup> Com base nas entrevistas realizadas.

reuniões da associação (atuante logo que se formou o assentamento). Desse modo os assentados ficam a mercê da própria sorte.

A liderança tem sido a mesma desde a época do acampamento e início do Assentamento Guardinha, período em que desempenhou importante papel na luta pela terra. No entanto, com o passar dos anos deixou a desejar.

Percebeu-se que existe certa divisão entre os assentados. Há aqueles que apoiam o atual presidente da associação e há quem faça ressalva quanto a sua atuação enquanto liderança. Existem inclusive aqueles que demonstram certo receio em se referir a tal liderança. O fato é que com essa divisão cada um procura resolver seus problemas individualmente, ou permanecem a esperar que o poder público municipal desenvolva algum projeto no assentamento, ou ainda que algum órgão do governo lhes destine recursos.

A comunidade já tentou eleger outro líder, todavia tem havido resistência da atual liderança em permitir que outra pessoa ocupe seu lugar. Assim, tem sido feito “manobras” para que nenhum tipo de votação o tire do cargo de liderança.

A impressão que se teve com base nas entrevistas é que os assentados não querem causar um conflito com o líder, seja por gratidão ou por se sentirem amedrontados. Deste modo fica evidenciado que a atual liderança possui um controle dos acontecimentos que ocorrem no local. Mesmo não residindo em seu lote dá sempre um jeito de saber o que ocorre no assentamento. Um exemplo do que ora se afirma é que o mesmo procurou se inteirar acerca desta pesquisa e, inclusive questionar o teor da conversa com as mulheres assentadas, alegando que a pesquisadora estaria incitando as mesmas a se contraporem a sua liderança.

As entrevistadas foram interrogadas quanto a se unirem para eleger outro líder, ou reunirem um pequeno grupo para buscar tais melhorias, a resposta foi que por causa de divergências políticas no interior do assentamento, as famílias assentadas não conseguem entrar em um consenso. Desse modo todas as tentativas têm sido frustradas. As entrevistadas alegaram ainda que o grupo insatisfeito também não se une por se considerar incapaz de liderar, “não levarem jeito”, ou porque se acomodaram com a situação. Significa dizer que da forma que está não está bom, mas dá para continuar vivendo, porém se houver melhorias estas serão bem vindas.

Mediante o exposto acredita-se que a mesma pessoa que se mantém em cargo de liderança desde a formação do assentamento, exerce poder de controle e pressão sobre os



assentados, especialmente quando tentam mudar esse cenário. Todavia não foi possível identificar que tipo de coerção os assentados sofrem, quando de algum modo tentam eleger nova liderança.

### **CAPITULO III - O PAPEL DAS MULHERES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO**

Quando se destaca a atuação da mulher dentro da sociedade é importante salientar que tanto no âmbito urbano quanto no âmbito rural o papel da mulher vem ganhando espaço devido a sua atuação (como líder, intelectual, profissional) com isso ela vem sendo cada vez mais respeitada, dentro da sociedade e, por conseguinte, obtendo direitos como: a Lei Maria da Penha<sup>30</sup> (que tem como objetivo diminuir a agressão que as mulheres sofrem por parte de seus parceiros).

Ao tratarmos da atuação da mulher no campo é necessário compreender a atuação da mulher no geral, já que é em decorrência das diversas atuações (mãe, dona de casa, médica, professora, agricultora, empregada doméstica, etc.) que a mesma vem ganhando espaço dentro da sociedade urbana e rural.

O levantamento bibliográfico foi de fundamental importância, pois permitiu compreender o contexto no qual a mulher trabalhadora rural está inserida. Desse modo foi possível fazer uma ligação entre as mulheres trabalhadoras rurais no geral e as mulheres trabalhadoras rurais assentadas do Assentamento Guardinha. As privações e dificuldades enfrentadas na espera do lote<sup>31</sup> é um traço em comum que essas mulheres vivenciaram, outro é a luta para permanecer no lote conquistado.

Cabe salientar ainda que para compreender a atuação das mulheres na luta pela terra, e, por conseguinte os reflexos que suas ações terão em seus lotes e no próprio assentamento, procurou-se inicialmente investigar se a mulher atua ativamente na conquista da terra e permanência nos lotes. E quais os desdobramentos dessa atuação nas relações mulher x mulher; mulher x homem; mulher x família.

Há que se dizer, em outras palavras, que a pesquisa procurou investigar e compreender o papel desempenhado pelas mulheres na luta pela terra e permanência nos lotes; apreender a atuação das mulheres no processo de trabalho e desenvolvimento do lote; bem como analisar a relação homem/mulher dentro e fora do ambiente doméstico no âmbito do assentamento.

---

<sup>30</sup> Lei nº 11.340/06, de 07 de agosto de 2006.

<sup>31</sup> Esta realidade pode ser vista no documentário Terra para Rose.

Para chegar aos objetivos propostos fez-se necessário, além do levantamento bibliográfico, a realização de entrevistas com aplicação de questionários. Considerou-se o universo de trinta lotes existentes no assentamento Guardinha. Todavia, só foi possível realizar as entrevistas em dezoito lotes, pois nove deles estavam desocupados e outros três são de assentados solteiros, não havendo assim a participação feminina.

A partir das entrevistas foi possível perceber, mesmo com a timidez e desconfiança das mulheres e, principalmente dos homens, que o lote tem se desenvolvido com a participação, cumplicidade, companheirismo e força de vontade de cada casal.

Analisando as entrevistas realizadas verificou-se que em quinze, dos dezoito relatos, foi evidenciado que o companheiro valoriza o trabalho de sua mulher. Todavia, cabe salientar que durante as entrevistas os maridos permaneceram juntos das esposas. Fato que pode tê-las inibido ao tratar dessa questão e influenciado suas respostas, conseqüentemente também o resultado.

Por esse motivo fez-se outra tentativa de conversa, por meio de uma reunião com a presença apenas das mulheres. Foi uma reunião descontraída na qual se usou somente um roteiro de questões para orientar a conversa, sem a aplicação de questionário. Nessa reunião foi possível obter mais alguns dados sobre o papel e atuação das mulheres no assentamento Guardinha.

Mesmo com um número reduzido de mulheres (cinco) presentes na reunião algumas questões foram reforçadas, como a valorização que as mulheres recebem de seus companheiros e a identidade que os assentados têm com a terra. Nesse caso, cabe dizer que apesar de não produzirem em seus lotes do modo como gostariam, e muitas das vezes nem o necessário para a subsistência da família, as mulheres foram unânimes em afirmar que não querem outra vida e que, mesmo com todas as dificuldades e preocupações, ali estão bem e se sentem bem em morar e viver no assentamento.

As entrevistadas foram também unânimes ao concordar que é preciso melhorar a renda das famílias que vivem no assentamento, pois muitos lotes não têm terras férteis, o que dificulta o cultivo para subsistência e, conseqüentemente para comercialização que, por sua vez ajudaria no aumento da renda familiar.

Ficou evidenciado na fala das mulheres entrevistadas que um dos empecilhos para a melhoria do Assentamento Guardinha é a desunião entre os assentados. Estes não conseguem trabalhar coletivamente, e divergem quanto aos seus representantes na comunidade, ou seja, os dirigentes da associação comunitária.

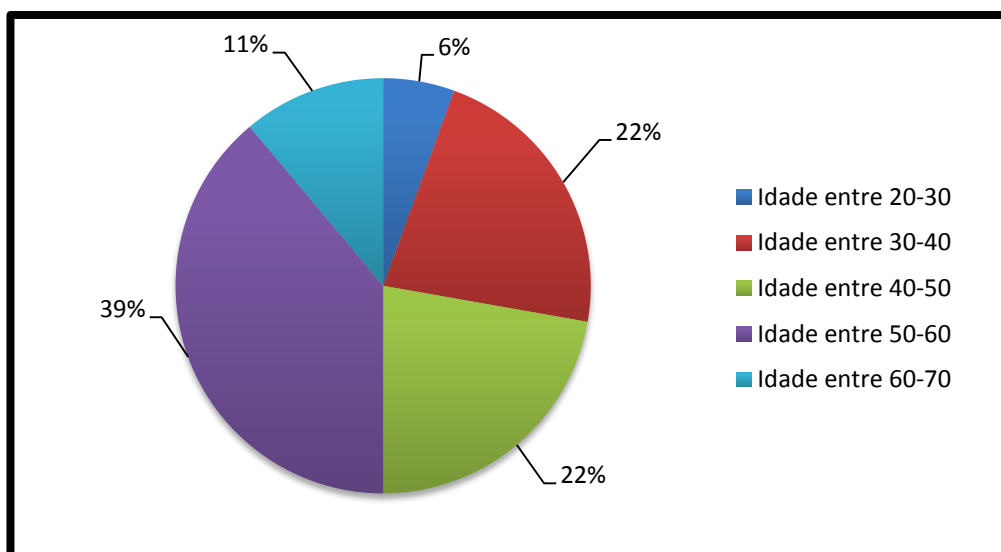
Das dezoito entrevistadas apenas três mulheres revelaram descontentamento com a falta de consideração por parte dos maridos, em relação ao trabalho realizado dentro do lar. Observou-se que essas três mulheres estavam realmente descontentes do tratamento que tem recebido do companheiro em determinadas situações do cotidiano.

Houve casos em que a família estava presente e, embora as questões fossem direcionadas para a mulher todos da família participaram da entrevista. Sem a pretensão de efetuar uma avaliação determinista, durante a entrevista observou-se que nos lotes mais desenvolvidos houve a integração de toda a família mesmo quando o trabalho da mulher não era tão valorizado. Entretanto, em outros lotes foi possível perceber que quando não há cooperação e união entre o casal o lote não se desenvolveu, há casos, inclusive em que nada é cultivado.

Cabe salientar que conforme as entrevistas realizadas inicialmente a falta de companheirismo ocorre em poucos lotes, tendo em vista que a maioria das entrevistadas revelou que há união entre casais.

### **3.1 – Faixa Etária das Mulheres Entrevistadas**

Outro aspecto analisado foi a idade das entrevistadas, pois se observou que as mulheres mais velhas, com mais experiências, demonstraram mais otimismo, não se deixando desanimar com facilidade. O gráfico 01 revela a faixa etária das mulheres entrevistadas no assentamento Guardinha. A pesquisa revelou que as mulheres com mais idade valorizam mais as relações familiares e mesmo enfrentando obstáculos no relacionamento a dois (homem/mulher) acredita que esse momento ruim vai passar.



**Gráfico 1** - Faixa Etária das Mulheres do Assentamento Gardinha-MS

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Foi observado que as mulheres casadas há mais de vinte anos têm mais cumplicidade com seus companheiros, valorizam seu relacionamento conjugal e se sentem importantes para as suas famílias, demonstrando consciência de que construíram uma família sólida. As mulheres mais velhas deixaram claro que todas têm problemas com seus companheiros, porém tentam resolver da melhor forma possível e que não se encontram desgostosas da vida conjugal e nem dá familiar. As mulheres mais novas são a minoria no assentamento, elas também ajudam seus companheiros nas tarefas do lote, e se esforçam para serem boas companheiras, se sentem valorizadas por seus companheiros e relataram que por enquanto estão satisfeitas com a vida conjugal e de assentadas. Contudo é possível dizer que não importa a faixa etária das entrevistadas, todas valorizam e muito o ambiente familiar e sentem-se valorizadas pelos seus companheiros e familiares.

### 3.2 – A Colaboração das Mulheres no Trabalho Dentro do Lote

Leite (2011) em seu trabalho sobre o Assentamento Gardinha<sup>32</sup> constatou que as atividades desenvolvidas nos lotes contam com a participação de todos os membros da família, inclusive das mulheres. O autor destaca que além das esposas trabalharem no lote ajudando no

<sup>32</sup> LEITE, M. S. P. Uma proposta de entendimento da perspectiva de reprodução da vida e da condição camponesa no Assentamento Gardinha- Jardim/MS.

processo produtivo, algumas ainda exercem atividades remunerativas fora do assentamento, tais como venda de cosméticos ou ocupação em cargos públicos como agentes de saúde, ou professoras. Elas realizam outras atividades remunerativas dentro do assentamento (houve relatos de mulheres que trabalham de doméstica na casa de outras assentadas do assentamento Guardinha) e fora do assentamento para complementar a renda familiar e, conseqüentemente garantir a reprodução da vida em condições dignas.

Durante a pesquisa com as mulheres foi possível confirmar o exposto por Leite (2011). De acordo com as informações das assentadas, mesmo que muitas mulheres não tenham permanecido junto de seus companheiros quando ainda eram acampados, atuando diretamente no processo de luta pela terra, elas participaram cuidando dos filhos e trabalhando na cidade para ajudar nas despesas da família.

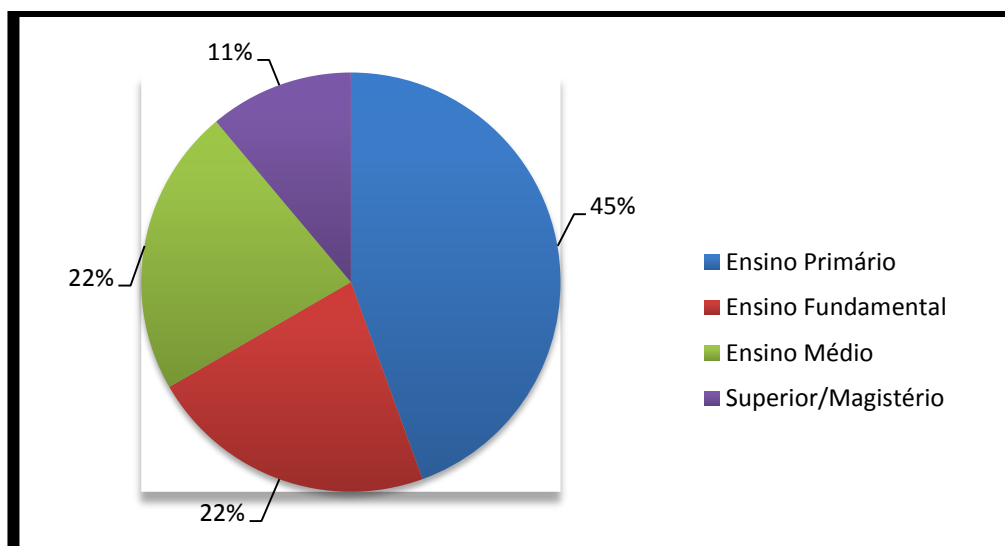
Hoje elas participam ativamente do cotidiano de produção e desenvolvimento do lote, desempenhando diversas tarefas, tanto na lida com os animais, pequenas plantações, como nos afazeres domésticos e cuidados com os filhos.

### **3.3 - Nível de Escolaridade das Mulheres Assentadas**

Por meio da aplicação dos questionários e realização das entrevistas foi possível detectar que as mulheres mais instruídas (Gráfico 2) são as que mais se ocupam da liderança, ou seja, as outras mulheres com menos instrução não gostam de liderar, e deixam essa tarefa para as demais. Desse modo quando as mulheres procuram desenvolver atividades em benefício do assentamento, são as mais instruídas que lideram com a ajuda das demais, que preferem manter-se afastadas de questões burocráticas.

Todavia, mesmo delegando a liderança às mais instruídas, existe a questão do ciúme. Neste sentido, as entrevistadas relataram que quando uma mulher assume a liderança e consegue introduzir no assentamento alguma atividade que beneficia a todos, são envolvidas em fofocas, intrigas e maledicências que acabam por desestruturar as líderes, que desistem de continuar desenvolvendo as atividades.

Mediante o exposto, as entrevistadas alegam que nenhuma delas quer mais se tornar líder e buscar melhorias, pois, em suas palavras, as pessoas ali “são ingratas e não sabem valorizar o trabalho alheio”.



**Gráfico 2** - Escolaridade das Mulheres do Assentamento Gardinha-MS  
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Essas divergências quanto às lideranças femininas e as representações via Associação deixa o assentamento sem atividades de lazer, e mesmo sem uma organização que possibilite a inserção do que produzem no mercado, de modo a contribuir com a melhoria da renda familiar. Percebeu-se que apesar de estarem insatisfeitos com as condições vividas, se acomodaram diante dos obstáculos que enfrentam, para lidar com as questões coletivas na busca da melhoria do lugar.

A pesquisa demonstrou que a mulher tem um papel diferenciado dentro da comunidade na qual está inserida (nesse caso a organização do assentamento) e que a visão “antiquada” que se tinha de que esta deveria ser submissa ao companheiro está sendo superada, e no Assentamento Gardinha isto também transpareceu, pelo menos no nível aparente. E quando a mulher e o homem tem uma determinada instrução, as mulheres já não se encontram tão atreladas a essa visão.

Todavia, ainda há casos em que a mulher não toma consciência de que está sendo desvalorizada, pois a própria criação dada a elas as faz conceber como “normal” a sua não valorização no lar. Nessa condição a mulher acha normal quando o companheiro desqualifica seu trabalho, por não ser remunerado.

### 3.4 - Atuação Política das Mulheres do Assentamento Guardinha

Do ponto de vista da atuação política e organizativa no assentamento verificou-se a partir da pesquisa de campo, que apenas três entrevistadas se interessaram e participaram ativamente da associação criada no assentamento.

Faz-se importante salientar que a reduzida participação nas atividades da Associação não se deve a qualquer tipo de proibição por parte dos esposos, ou seja, estes não as proibiram de participar da vida “política” do assentamento, mesmo quando elas sofreram com o preconceito por parte dos líderes da Associação. Nesse sentido, as entrevistadas expuseram que alguns representantes da associação disseram ao esposo de uma delas que “era melhor ele controlar a mulher dele”, ou, em outro caso, “que mulher entende mais é de cozinha”.

Ao entrevistar uma assentada do Guardinha, esta relatou que sofreu ameaças por parte do presidente da Associação. Destacou que em função disso deixou a função que ocupava na Associação, por ser mulher. Ela tentou contar sobre as irregularidades que acontecem no Assentamento Guardinha, no entanto seu esposo que escutava a conversa disse para ela “não se intrometer nessa história”, pois iria acabar sobrando para ela e não resolveria o problema.

Uma das entrevistadas relatou que participava ativamente da associação e que fora excluída do grupo que compunha a liderança do Assentamento Guardinha pelo fato de ser mulher. Mediante o exposto considera-se a existência de preconceito contra a mulher no âmbito do assentamento, pois apesar dos representantes da associação não as terem proibido deliberadamente de participar e opinar nas reuniões, eles a constrangeram perante seus familiares e os demais membros. Mesmo assim, as assentadas foram unânimes em dizer que no cotidiano do assentamento os homens assentados em nenhum momento as desrespeitaram, apenas durante as reuniões os líderes da Associação as trataram com preconceito.

Todas as entrevistadas expuseram que o assentamento não está tendo a devida representatividade. Isto se deve em parte a desunião dos assentados, já que por medo ou questões partidárias (segundo as entrevistadas, dentro do assentamento Guardinha há uma disputa política, que não permite que os assentados se entendam e busquem melhorias para o local, dificultando assim o convívio dos mesmos), existentes no assentamento, não permite a união dos assentados para buscar melhorias junto aos órgãos competentes.



Significa dizer que no Assentamento Guardinha a discriminação existente vai além da relação homem/mulher. A mesma perpassa pela questão da pobreza e da “politicagem”, ou seja, não apenas a pobreza por falta de alimento, vestimenta, dinheiro, mas também o fato de que pessoas influentes no âmbito político coagem a população daquela comunidade impedindo está de tomar atitudes que possibilitem o desenvolvimento do lote e, portanto, construir perspectivas de vida e produção melhores.

Segundo relatos das assentadas, quando o partido “A” consegue algum tipo de melhoria para o assentamento, o partido “B” procura fazer com que essa melhoria não chegue ao assentamento e vice-versa. E essa divisão partidária se expressa também entre os assentados, pois cada um defende um partido (partido A ou B). Desse modo a população fica sem conseguir os benefícios necessários para o desenvolvimento do assentamento.

De modo geral verificou-se que as mulheres têm consciência da sua importância junto ao desenvolvimento do lote, e que mesmo não participando ativamente da organização coletiva, reconhecem que apenas o trabalho conjunto é capaz de trazer melhorias para o local, no entanto em função do medo dos conflitos que o trabalho em conjunto possa ocasionar, cada família prefere trabalhar separadamente para desenvolver sua parcela de terra. Terra (2009 p.179) considera saudável que cada assentado tenha pontos de vista diferentes e que os esponham para os demais. No entanto cabe a cada assentado uma análise profunda do seu modo de pensar com a modo de pensar dos demais companheiros, para que não comprometa o desenvolvimento do Assentamento.

Concordamos que a divergência de ponto de vista é saudável, que os debates devem ser estimulados de maneira positiva para que haja o crescimento e o amadurecimento das ideias e das pessoas para que, a partir desses pressupostos, possam lutar por objetivos comuns. Porém, para que isso se efetive, é necessário que aqueles que se opõem nos embates compreendam a posição dos seus opositores e flexibilizem suas crenças, a fim de que se construam consensos nos quais todos possam ser beneficiados. (2009 p.179)

Analisar a organização de outros assentamentos possibilitou-nos perceber que em todo tipo de organização social há divergências. A diferença é que quando os assentados comugam das mesmas opiniões ou então deixam o “eu” de lado e pensa no “nós” (no coletivo) essas divergências diminuem, fazendo com que tenham mais força, pois não é apenas um assentado

lutando para desenvolver-se enquanto trabalhador rural e sim um grupo de assentados tentando progredir conjuntamente.

Nesse sentido Terra destaca que:

Na busca por um objetivo comum, o trabalho coletivo fortalece o grupo, possibilitando que as atividades produtivas e sua posterior comercialização, com base na realização conjunta, ganhem eficácia competitiva, que resulta em maior produtividade e competitividade mercadológicas locais, condizentes com as aspirações do grupo envolvido. (2009, p.240)

Este aspecto da individualidade, em detrimento da coletividade, pode ser acentuado em assentamentos organizados pelos STRs/ FETAGRI, pois nesse caso, segundo Almeida (2003, p. 237) apud Silva (2004, p. 57), o acampamento é utilizado “[...] como mecanismo de cadastro e pressão, sem a necessária presença/convívio das famílias na área do suposto conflito [...]. Desse modo, não se trata de questionamento da ordem, de oposição à estrutura, apenas de inclusão”. Se refletindo posteriormente na organização coletiva no interior do próprio assentamento.

Já o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra possui uma forma de organização diferenciada, no qual “o acampamento [...] deve ser visto como um período de aprendizado, no qual as famílias vivem um processo de “formação da consciência política”, uma vez que esta fase é caracterizada pela resistência, pela solidariedade e pelas trocas de conhecimentos”. (SILVA, 2004, p. 57) Todavia, apesar de ser uma premissa do Movimento, nem sempre ocorre a contento. Tampouco se estende à prática cotidiana do assentamento, onde aflora com mais ênfase a individualidade camponesa.

Assim, as tentativas de organização sejam elas políticas ou econômicas, centradas na coletivização nem sempre funcionam, pois na prática cotidiana são estranhas aos assentados, cuja visão de mundo está pautada em outros princípios (religiosos, morais, vizinhanças) de organização social. (SILVA, 2004, p. 96)

[...] esse traço utilitarista e individualista da cultura camponesa dificulta o planejamento coletivo da produção e o estabelecimento de políticas e programas de caráter coletivo, nas áreas da saúde, educação, cultura, meio ambiente, habitação, entre outros, que contribuam não só para melhorar as condições de vida das famílias, mas também para a formação de valores humanos e sociais solidários entre os assentados. (BOGO, 1999 apud SILVA, 2004, p. 94)

A questão da coletividade não é fácil de ser trabalhada, mas se os assentados conseguirem se unir por afinidades ou simplesmente objetivando o crescimento do assentamento podem conseguir desenvolver o seu lote e ter um relacionamento amigável com seus companheiros, basta que todos estejam dispostos a pensar coletivamente e não apenas em si próprio.

Terra salienta ainda que:

As dificuldades vividas pelos assentados são muitas e precisam ser superadas para que o processo coletivo tenha continuidade e seja consolidado, de forma a poder levar ao sucesso o assentamento. Daí, ser imperativa a participação dos integrantes da comunidade, uma vez que o trabalho coletivo leva ao fortalecimento do grupo e, conseqüentemente de cada assentado, e representa a sustentação da união de forças e objetivos comuns, além da base estrutural e estruturante de um grupo estabilizado e fortalecido frente aos problemas cotidianos. (2009, p.240)

Faz-se necessário dizer que para um assentamento prosperar e dar certo muitas são as questões envolvidas nesse processo. O que queremos salientar com o fator coletivo é que se torna um diferencial a mais se os assentados permanecerem unidos e lutando por um mesmo ideal. Pois na hora de buscar recursos ou mesmo comercializar seus produtos na cidade a organização coletiva os favorece.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se tratar de um tema que envolve preconceito por parte muitas vezes dos próprios companheiros, pais, irmãos, tios e outros é que se dá conta do tamanho dos desafios. Pois administrar a vida já é difícil, enquanto mulher é mais ainda. O que se quer enfatizar com isto é que homens e mulheres são sim tratados de forma diferenciada e no âmbito rural essa diferença é ainda mais evidente. Como se observa na reportagem abaixo:

Segundo a revista VEJA nº 958, 14/1/87, a agricultora Maria do Socorro Alexandre Colares, residente no projeto Curu-Paraipaba, no Ceará, trava luta judicial contra o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra Secas) para tornar-se cooperante oficial, ou seja, adquirir uma gleba, condição permitida, até então, somente ao masculino (PESSOA, 1990 *apud* FISCHER e GEHLEN, 2002. p.05).

Apesar das diferenças entre homens e mulheres dentro e fora do âmbito doméstico, foi possível com base nos levantamentos bibliográficos detectarmos que as mulheres vêm sendo assistidas, em determinadas necessidades, por leis e projetos constitucionais relacionados à saúde e condição feminina. Com isso as mulheres estão sendo mais valorizadas por parte da sociedade, e tendo políticas públicas voltadas para elas.

É fato que todas estas conquistas têm sido obtidas mediante pressão (em relação às leis que beneficiam as mulheres) e tendo em vista a necessidade do capital de possuir mais mão de obra a sua disposição (no que se refere aos projetos de saúde reprodutiva), tendo em vista que a mulher com filhos pequenos tem maiores dificuldades para trabalhar fora de casa, desse modo não gera lucro para o capital. (MENEGAT, 2008)

As mulheres estão conquistando cada vez mais espaço e direitos dentro da sociedade, o Brasil elegeu em 2010 a primeira presidente mulher, Dilma Rousseff, isso significa uma mudança de valores na qual as mulheres estão sendo mais respeitadas e valorizadas. Pois quando um homem é eleito presidente, é algo normal, corriqueiro, já quando uma mulher é escolhida para um cargo tão importante, ela abre caminho para que outras consigam o mesmo que ela (PITANGUY, 2011).

As mulheres trabalhadoras rurais também não fogem da luta, muito pelo contrário, atuam de forma determinante na luta pela terra e na luta por direitos que possibilitem sua permanência

na mesma. Atuam com garra no enfrentamento das situações precárias e de perigo, ao se engajarem na luta pela terra. Apesar dos desafios encontrados as mulheres trabalhadoras rurais têm conseguido conquistar muitos direitos que possibilitem melhores condições de vida para elas e para os seus familiares.

No que se refere especificamente às mulheres do Assentamento Guardinha cabe destacar que a partir das entrevistas realizadas com as assentadas foi possível sentir o entrosamento dos casais. Ambos (marido e mulher) compartilham do mesmo pensamento de que nem o lote nem o assentamento têm condições de se desenvolver sem a participação dos dois.

Constatou-se que os assentados (homem/mulher) sabem da importância que tem a união da família no desenvolvimento do lote. Por conseguinte entendem que é preciso a união de todos os assentados para que o Assentamento Guardinha tenha algum tipo de desenvolvimento.

Todavia ainda há no referido assentamento a discriminação com relação à atuação política das mulheres. Verificamos por meio de três casos relatados que há preconceito contra a mulher. Quem tem esse tipo de atitude nem sempre é o companheiro/esposo, mas sim os responsáveis pela associação do assentamento, que querem de alguma maneira impedir que as mulheres tenham voz ativa e desse modo apelam para a discriminação.

Por um lado, tem-se a falta de união que caracteriza um problema no assentamento, por outro se percebe que por trás desse discurso há um controle exercido pelo presidente da Associação em manter a situação do assentamento como está e, desse modo continuar na liderança.

Conforme exposto anteriormente, apesar de não residir no assentamento, o líder exerce seu controle e toma conhecimento de tudo que ocorre na comunidade. Tanto é que ao tomar conhecimento desta pesquisa preocupou-se em saber o teor da mesma. Esse fato nos permite constatar que o líder da Associação possui uma pessoa de sua confiança que relata todos os acontecimentos que a ele interessa e dessa forma o mesmo se mantém sempre a par dos assuntos do assentamento.

Mediante insatisfação quanto à referida liderança, um grupo de assentados se uniu para tentar realizar novas eleições e assim eleger um novo líder. No entanto, esse grupo acabou sofrendo represálias e desistiu. As mulheres entrevistadas não quiseram nos relatar o tipo de represália que sofreram, entretanto se ao questionar a respeito da Associação gerou-se desconfiança, há que imaginar os atritos decorrentes da tentativa de uma nova eleição.

Verificou-se durante a pesquisa teórica e empírica que no âmbito dos assentamentos e, de modo particular do Assentamento Gardinha, que uma vez em seus respectivos lotes os assentados passam a trabalhar na perspectiva individualizada e delimitam suas vidas apenas dentro do seu lote, esquecendo-se do aspecto coletivo e, portanto de se unirem e lutarem juntos como ocorreu quando estavam acampados.

Assim, uma das queixas das assentadas é que há muitas divergências quando o grupo se reúne para realizar algo coletivamente e que isso prejudica a minoria que tem interesse em desenvolverem-se coletivamente.

É importante ressaltar que depois que se conquista a terra a luta não termina, haja vista os obstáculos do ponto de vista produtivo, financeiro, burocrático e político. Todavia, as divergências internas ao grupo evidenciam a individualidade e prejudica a organização coletiva.

Todos estes aspectos requerem muita dedicação, paciência e organização. Nos relatos das mulheres do Assentamento Gardinha o que foi mais enfatizado, além da desunião, foi a falta de recursos financeiros para produzir no lote.

Há que se destacar, portanto, que não basta para os trabalhadores rurais assentados da reforma agrária somente o acesso a terra, faz-se de fundamental importância a criação de condições necessárias para desenvolver suas produções e garantir a reprodução da vida e da sua condição camponesa. Pois, conforme determina a Constituição Federal todo indivíduo (e sua família) tem direito a alimentação, educação de qualidade, lazer e saúde com dignidade, como princípio básico de sua cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. L. C. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, R. L. C. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho.** 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BERTOLINI, V. **Políticas Públicas para Mulher na Reforma Agrária.** Projeto de Cooperação Técnica “Apoio as políticas e a participação social no desenvolvimento rural sustentável” PCT IICA/MDA-NEAD.(s.d.). Disponível em: <[http://www.iica.int/.../Valeria\\_Andrade\\_Bertolini\\_-\\_NEAD\\_Artigo\\_Mulher.html](http://www.iica.int/.../Valeria_Andrade_Bertolini_-_NEAD_Artigo_Mulher.html)>. Acessado em: 24 de abril de 2011.

BLAY, E. **Trabalho Industrial X Trabalho Doméstico a ideologia do trabalho feminino.** 1975. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15741975000400002&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15741975000400002&script=sci_abstract)> . Acessado em: 29 de agosto de 2013

CARVALHAL, T. B. **A inserção da mulher no mercado de trabalho e a questão de gênero.** Revista Pegada - vol.3, n. 1. FCT/UNESP/Presidente Prudente/CEGeT, out. 2003. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA31/v3n1out2002.html>>. Acessado em: 03 de maio de 2012.

CINTRÃO R. P.; SILIPRANDI, E. **O Progresso das Mulheres Rurais.** In: *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 227-228. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com...id...html>>. Acessado em: 05 de agosto de 2013.

CRIPA, M. Entrevista: **Em Nome da Terra.** Revista Adusp. 1996. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/05/r05a03.pdf>>. Acessado em: 04 de outubro de 2013.

DOCUMENTÁRIO: **Terra Para Rose.** Fazenda Anoni, 1987. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=tbP6Ffo-sMM.html>>. Acessado em: 07 de setembro de 2013.

FISCHER, I. R. ; GEHLEN.V. **Reforma Agrária: Chão Masculino, Pão Feminino.** Trabalhos para discussão n.130/2002. fev. 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/130.html>>. Acessado em: 24 de abril de 2011.

FREITAS, C. C. **Associações de Mulheres: a resistência feminina nos assentamentos rurais.** Uberlândia, v.6, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emextensao/article/view/1631.html>>. Acessado em: 24 de abril de 2011.

IBGE. **Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas.** Pesquisa Mensal de Emprego – PME, mar. 2012. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Mulher\\_Mercado\\_Trabalho\\_Perg\\_Resp\\_2012.pdf.html](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf.html)>. *Acessado em: 03 de maio de 2012*

IDATERRA (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL). **Plano de desenvolvimento setor produtivo- P. A. GUARDINHA-Jardim/ MS.** Novembro- 2001.

JARDIM, MATO GROSSO DO SUL - MS. **Latitude** 21° 28' 49" S. **Longitude.** Disponível em: <<http://www.geografos.com.br/cidades-mato.../jardim.php.html>>. *Acessado em: 25 de outubro 2013.*

**LEI nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996**, Seção IX, Das Disposições Gerais, Dívida Ativa - Penhora ou Arresto, Art. 18. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19393.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19393.htm) *Acessado em: 16 de julho de 2013.*

**LEI nº 11.340 - Presidência da República.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_.../lei/111340.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_.../lei/111340.html)>. *Acessado em: 17 de junho de 2013.*

LEITE, M. S. P. **Uma proposta de entendimento da perspectiva de reprodução da vida e da condição camponesa no Assentamento Guardinha- Jardim/MS.** Jardim: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2011. 59p.

MARINS, A. O. M. **Desapropriação para Fins de Reforma Agrária.** 2009. Disponível em: <<http://www.unibrasil.com.br/.../alocio-otavio-marques-marti.html>> . *Acessado em: 17 de junho de 2013.*

MENEGAT, A. S. **Mulheres de assentamentos rurais: identidades e trajetórias em construção.** Fazenda Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST17/Alzira\\_Saete\\_Menegat\\_17.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST17/Alzira_Saete_Menegat_17.pdf)>. *Acessado em: 02 de setembro de 2013.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Trabalho Doméstico.** Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/trab\\_domestico./html](http://www.mte.gov.br/trab_domestico./html)> . *Acessado em: 17 de junho de 2013*

MUNICÍPIO HISTÓRIA E DADOS GERAIS. **Assomasul.** Disponível em: <<http://www.assomasul.org.br/?pag=municipios-dados...48.html>> . *Acessado em: 25 de outubro 2013.*

PITANGUY, J. **Advocacia e direitos humanos. O Progresso das Mulheres no Brasil: 2003 - 2010.** Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 31. Disponível em: <[www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com...id.html](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com...id.html)> *Acessado em: 05 de agosto de 2013.*

PRONAF. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/pronaf/arquivos-tecnicos-plano-safra-13-14/Condi%C3%A7%C3%B5es\\_do\\_Cr%C3%A9dito\\_2013-2014.pdf.html](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/pronaf/arquivos-tecnicos-plano-safra-13-14/Condi%C3%A7%C3%B5es_do_Cr%C3%A9dito_2013-2014.pdf.html)> *Acesso em: 17 de julho de 2013*



SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo**. Razão e Emoção, 4ª Ed. São Paulo. 2006.

SILVA, G. C. C. et al. **A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais**. Revista SBPH - vol.8, n.2. Rio de Janeiro, dez. 2005. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-08582005000200006&script=sci\\_arttext.html](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-08582005000200006&script=sci_arttext.html)>  
*Acesso em: 24 de abril de 2011.*

SILVA, R. R. **Quem és tu mulher?** Disponível em:<[http:// pensador.uol.com.br / autores / Roni Roque da Silva. html](http://pensador.uol.com.br/autores/RoniRoque%20da%20Silva.html) > Acessado em 09/08/2013.

SILVA, T. P da. **As Formas Organizacionais de Produção dos Camponeses Assentados no Município de Batayporã/MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2004.

SPOSITO, M. E. **Capitalismo e Urbanização**. 10ª edição. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Repensando a Geografia)

TAVARES, F. P. **A Mulher como um Elemento Dinâmico das Transformações Sociais, Políticas e Econômicas**. III CONVIBRA. nov. 2006. Disponível em:  
<<http://www.falpe.edu.br/.../A%20mulher%20como%20ele...html>> *Acessado em:25 de abril de 2011.*

TERRA, Ademir. **Reforma Agrária Por Conveniência e/ou Por Pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “O Pivô da Questão”. Disponível em:  
[http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/09/ademirterra.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/09/ademirterra.pdf). html > *Acessado em: 29 de agosto de 2013.*

TRAJETÓRIA da Marcha das Margaridas. Disponível em:  
<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&ação=interna&codpag=256&ap=1&nw=1.html> > *Acessado em 25 de julho de 2013.*

## ANEXOS

### **Anexo A: Questionário sobre o papel das mulheres no processo de formação e organização do assentamento Guardinha no município de Jardim-MS**

Entrevistada n.:\_\_\_\_\_.

Data do preenchimento do questionário \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nome: \_\_\_\_\_.

Idade:\_\_\_\_\_.

Escolaridade:\_\_\_\_\_.

01. Você participou do processo de luta pela terra desde o acampamento? Se sim conte como foi este período.
02. Você tem filhos (se tem quantos são)?
03. Como é a relação com seus filhos?
04. Você é casada? \_\_\_\_\_ Como é relação entre você e seu marido/companheiro?
05. Quem é o responsável legal pelo lote? (Se for a mulher pedir para explicar porque)
06. Como é ser responsável legal pelo lote? Quais são as vantagens ou desvantagens? (Perguntar somente no caso da mulher ser a responsável legal pelo lote).
07. Como os homens que são responsáveis por seus lotes te tratam? (Perguntar somente no caso dela ser responsável pelo lote)
08. Seu marido/companheiro permite que você participe das reuniões que visam o melhoramento do lote e até mesmo do assentamento?
09. Seu marido/companheiro permite que você participe de festas, confraternizações que ocorrem dentro ou fora do assentamento?
10. Se você participa de festas/confraternizações você vai sozinha? Com seu marido/companheiro? Com seus filhos? Com amigas?
11. Tem associação no assentamento? Você participa? Como é essa participação? (Emite opinião, ou só assiste as discussões?) (Perguntar para todas as mulheres assentadas)
12. Se participa da associação como é tratada pelos homens nas reuniões? (Para todas as mulheres assentadas)

13. Você já sofreu algum tipo de discriminação, como foi e qual foi o motivo?
14. Você é apenas do lar ou tem outras funções?
15. Se tem outra atividade remunerativa especificar qual? \_\_\_\_\_ Qual a renda obtida? \_\_\_\_\_.
16. Sua família se mantém apenas com o trabalho realizado dentro do lote? \_\_\_\_\_ Se sim o que produzem no lote? \_\_\_\_\_ e qual a renda obtida com a produção (caso comercialize o excedente)? \_\_\_\_\_.
17. Todos os integrantes da família participam das tarefas desempenhadas no lote?
18. Tem algum integrante da família que tem emprego fora do lote? Qual é o emprego? Contribui com a renda da família?
19. Você sente que as atividades que são desempenhadas por você são valorizadas pelo seu marido/companheiro? Por quê?

## **Anexo B: Roteiro de Entrevista realizada num segundo momento da pesquisa**

1. Em relação ao lote, vocês se encontram satisfeitas com a vida neste local? Qual a sua opinião?
2. Qual a real participação das mulheres em relação aos assuntos que envolvem o assentamento?
3. Quais as necessidades do assentamento e o que vocês estão fazendo para sanar estas necessidades?
4. Como vocês acham que a sociedade enxerga o papel da mulher, nela inserida?
5. A preconceito de gênero no assentamento? Ocorre por que? De que forma ocorre? É de forma velada ou descarada?
6. Como vocês se sentem por serem mulheres? Acham que se não fossem mulher, enfrentariam menos problemas? Por que acontece tanto desrespeito com as mulheres? Qual a sua opinião.
7. Com relação a sua própria valorização, o que vocês acham que precisa melhorar?
8. Qual o motivo pelo qual vocês mulheres não atuam mais ativamente nos assuntos que envolvem o assentamento?
9. Suas responsabilidades enquanto mulher faz a diferença em sua família? (Se a resposta for não) por que você sente que não faz diferença?
10. Se você sente que é fundamental para seu lar, o que você acha então que precisa ser modificado para que as relações homem/mulher/filhos melhorem?

Anexo C: página 32 do Diário Oficial N º 224, de 24 de novembro de 1999  
(LEITE, 2011 p.58).

32  
SEÇÃO I

DIÁRIO OFICIAL

Nº 224 QUARTA-FEIRA, 24 NOV 1999

DECRETO DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999.

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora", situado no Município de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2º da Lei nº 8.028, de 23 de fevereiro de 1993, e 2º da Lei Complementar nº 76, de 8 de julho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.028, de 23 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora", com área de noventa e oito hectares, situado no Município de Jardim, objeto da matrícula nº 1.745, fls. 001, Livro 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semovientes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 8 de julho de 1993, e a manter a área de Reserva Legal prevista na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de novembro de 1999; 179ª da Independência e 111ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Raul Belens Jungmann Filho

DECRETO DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999.

EXPOUSAR

do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, os seguintes estrangeiros, fixando a efetivação da medida condotornada ao cumprimento da pena a que estiverem sujeitos no País ou à liberdade pelo Poder Judiciário:

CLAUDIO NAVVA, de nacionalidade italiana, filho de Masantiانو Nerva e de Teresa Meleli Nerva, nascido em Milão, Itália, em 13 de janeiro de 1961, residente no Estado do Rio de Janeiro, (Processo nº 000.828/99-38);

IZABEL MARIA FERNANDES VARGAS, de nacionalidade espanhola, filha de Miguel Fernandes Palacios e de Izabel Vergara Casado, nascida em Sarriena, Espanha, em 27 de agosto de 1978, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 011.997/99-57);

PEDRO DARWINCHE, de nacionalidade argentina, filho de Seyral Ferrel Darwinche e de Elena Amelie, nascido em Malden, Província de Mendoza, Argentina, em 18 de outubro de 1926, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 012.096/97-67);

GABINO ZARACHO RECALDE, de nacionalidade paraguaiense, filho de Ricardo Zaracho e de Verónica Ferreira, nascido em Concepción, Paraguai, em 11 de dezembro de 1974, residente no Estado do Paraná (Processo nº 008.144/99-66);

ALINA SVIATENKO ou OLIVIA CYNTHIA DOMINGO, de nacionalidade russa, filha de Alexandre Sviatenco e de Galina Korobogichova, nascida em Pírmontk, Alemanha, Rússia, em 7 de agosto de 1973, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 000.832/99-13);

MARGARETH MARY MEGHIE ou DEZIREE LIAI MURRAY, de nacionalidade galesa, filha de Peter Candy e de Phaedra Candy, nascida em Acon, Gales, em 28 de fevereiro de 1955, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 012.051/98-18); e

MARGARITA MARIA PALACIOS BELLO, de nacionalidade colombiana, filha de Manuel Palacios e de Ana Lucrecia Bello, nascida em Tulua Calle, Colômbia, em 31 de agosto de 1970, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 017.378/98-87);

Brasília, 23 de novembro de 1999; 179ª da Independência e 111ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
José Carlos Dias

# Anexo D: Portaria INCRA/SR-16/MS/N 25, de 22 de setembro de 2000 (LEITE, 2011, p.59).

-2000 16:00 DE:  
From : INCRA

PHONE No. : 613265657

Oct. 05 2000 9:44AM P02

PORTARIA INCRA/SR-16/MS/Nº 25, de 22 de setembro de 2000.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria INCRA/P nº 358, de 20 maio de 1994, publicada no D.O.U. do mesmo mês e ano.

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel denominado Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora, com área de 080,0000 ha, localizado no Município de Jardim, no Estado do Mato Grosso do Sul, desapropriado para fins de Reforma Agrária, através do Decreto de 23 de novembro de 1999, cuja a imissão de posse se deu em 08 de setembro de 2000 e;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam análise no Processo INCRA/SR-16/MS/Nº 54290.001153/99-16 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, RESOLVE:

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora, com área de 080,0000 ha, (novecentos e oitenta e sete e seis) unidades agrícolas familiares;

II - Criar o Projeto de Assentamento GUARDINHA, Código SIPRA MS0097000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário;

III - Autorizar a Divisão Técnica a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto;

IV - Determinar a Divisão Técnica que encaminhe cópia deste ato, para a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário, para fins de registro, controle, distribuição e publicação do mesmo no Diário Oficial da União;

V - Determinar a Divisão Técnica que comunique aos órgãos de Meio Ambiente, Federal e Estadual, bem como à FUNAI, a criação do presente Projeto; e

VI - Determinar a Divisão de Técnica que registre todas as informações de criação, desenvolvimento e das famílias referentes ao Projeto de Assentamento ora criado, no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.

*[Handwritten Signature]*  
CELSO CESTARI PINHEIRO  
SUPERINTENDENTE REGIONAL  
INCRA/MS

*[Handwritten Signature]*  
29/10/00  
Máximo Ribeiro Fernandes  
Superintendente Subor da Unidade Agrária, Jardim  
Portaria INCRA/P/N 857/00

PUBLICAÇÕES  
DOU 192 de 04/10/2000  
Seção 1 - Pág. 22  
BSN: 41 de 04/10/2000

Chefe de Coordenação - Geral da  
Monitoração e Controle - SDM

## **Anexo E: Poema completo utilizado no Epigrafe deste trabalho.**

Quem és Tu Mulher?

Sou quase como vocês homens.  
Sou guerreira, justiceira,  
cumpridora de meus deveres, mas  
desconhecida de meus direitos.

Sou a mulher que traz o odor de cebola nas mãos;  
também sou a mulher que traz o aroma de uma flor na pele.  
E sou a mulher que transpiro e derramo suores.

Quem és tu mulher?

Sou tua mulher;  
sou tua mãe,  
sou mãe de teus filhos,  
sou tua namorada,  
sou tua amiga,  
sou mulher.

Trago no olhar as lágrimas de um sofrimento e de uma dor,  
também transpareço neles o brilho de uma felicidade.  
E demonstro no sorriso o sentimento de uma perda e  
ao mesmo tempo o valor de uma conquista.

Mas quem és tu mulher?

Sou mãe,  
sou advogada,  
sou médica,  
sou faxineira,  
sou mulher-da-vida,  
sou professora.  
sou também a flor que encanta seu jardim,  
a estrela que ilumina o seu céu, mesmo em noites de escuridão.

Eu sou mais do que mulher...  
Sou a flor de seu jardim,  
que espera ser regada pela água da sua fidelidade;  
que espera ser condimentada pela sua confiança e  
que espera ser colhida por suas mãos cheias de Amor.

Mas quem és tu homem?

**Autor: SILVA, Roni Roque.**